

OLHARES CRUZADOS PELA TERRA



MST 40 anos
alimentando o Brasil



ASSENTAMENTO 25 DE MAIO (CE)

OLHARES CRUZADOS **PELA TERRA**



MST 40 anos
alimentando o Brasil



ASSENTAMENTO VILA DIAMANTE (MA)

MST – 40 anos de luta

É impossível contar a história de um coletivo de mais de 400 mil famílias, crianças, jovens, adultos, idosos, que estão há mais de 40 anos na estrada...

Mas, como em toda história, sempre nos perguntamos: e como tudo começou? Mais difícil ainda é dizer em poucas linhas e ao mesmo tempo sermos abrangentes e corretos com os fatos. Menos mal que essa coletânea de fotos nos ajude muito a entender.

A sociedade brasileira viveu uma grave crise econômica, social e política nos idos das décadas de 1970 e 1980. Havia uma ditadura empresarial-militar desde 1964, que massacrava todos os movimentos camponeses e também os movimentos operários e estudantes. Porém eclodiu uma crise econômica que fechou as portas do emprego, da migração e de esperanças de melhorias para a ampla maioria do povo. Isso gerou um clima de luta social em toda sociedade, muitos setores ousaram, com coragem, se mobilizar e lutar por mudanças. No campo, ela apareceu em greves de assalariados e em ocupações de terra que se multiplicaram entre 1979 e 1984. Quem organizava esses trabalhadores que sonhavam com terra? Muitos militantes anônimos, que atuavam nas pastorais sociais, no movimento sindical e em outros setores da classe trabalhadora.

Os métodos de organização e atuação aprendemos com as lições históricas da

classe trabalhadora a nível universal, e com as lutas camponesas de nosso país.

Assim, as lutas por terra se multiplicaram em todo Brasil e contribuíram também para o fim da ditadura. E todas elas foram vitoriosas, ainda que em alguns casos companheiros e companheiras pagassem com a própria vida.

Foi assim que um conjunto de lideranças desse processo se reuniu em janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná, e decidiu se constituir então como um movimento nacional, de luta pela terra, pela reforma agrária e por uma sociedade igualitária, sob a sigla de MST.

Eram os primeiros passos, nessa longa caminhada... Tivemos algumas derrotas, com a perda de companheiros e companheiras. Jamais esqueceremos os massacres de Carajás no Pará, Corumbiara em Roraima e de Felisburgo em Minas Gerais!

Realizamos grandes marchas que reuniram milhares de pessoas, caminhando centenas de quilômetros, em longas jornadas de manifestação. Isso ocorreu em todos os estados ou rumo a Brasília.

Nessa caminhada, todos os que se mantiveram unidos conquistaram a terra sonhada. Como nos garantiu o querido Pedro Casaldaliga, quando nos visitou no acampamento da Encruzilhada Natalino. Nesses 40 anos, seguimos apreendendo coletivamente como nos ensinou Paulo Freire. Organizamos a produção de alimentos, as cooperativas. Montamos as agroindústrias. Organizamos escolas em todos acampamentos e assentamentos,

e conquistamos o direito de frequentar a universidade. E acima de tudo agora temos a dignidade de caminharmos com a cabeça erguida.

Em todos os nossos territórios agora temos trabalho, moradia digna, alimentos e educação. Direitos fundamentais que faltam ainda a milhões de brasileiros, explorados e excluídos. Seguimos organizando as famílias de Sem Terra, por esse mundão afora. Passamos a atuar em vários espaços na sociedade brasileira.

Em toda essa trajetória, a marca fundamental foi sempre a luta de massas e a solidariedade como valor humano. Todas as nossas atividades dependem da mobilização de massas e da prática da solidariedade, entre nós, da sociedade conosco, e entre toda classe trabalhadora.

E por isso também desenvolvemos projetos com nossa militância, em solidariedade a outros povos nas Américas, na África e na Ásia. Olhamos para o horizonte e vemos ainda um longo caminho a ser trilhado, para alcançarmos aqueles objetivos que nos propusemos desde o início, em Cascavel. Temos muitos obstáculos e desafios. Mas agora somos milhões!

Aprendemos que lutar pela terra é defender a natureza. Sermos zeladores das árvores, das florestas, das águas, da biodiversidade, para proteger a vida em benefício de toda a sociedade. Precisamos nos organizar para produzir alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, para nossas famílias e para todo povo brasileiro.

Precisamos nos apropriar das técnicas da agroecologia, que nos permite produzir os ali-

mentos de que precisamos, em equilíbrio com a natureza, sem agrotóxicos e com maior produtividade do trabalho e das áreas cultivadas. Para isso teremos que desenvolver fábricas de fertilizantes orgânicos, de máquinas agrícolas para pequenas áreas, e dominar as técnicas de energias alternativas, como a energia solar, a eólica e a de pequenas hidrelétricas.

Vamos precisar formar milhares de jovens, para que dominem o conhecimento científico e nos ajudem a encontrar as soluções para os problemas econômicos e sociais.

Precisamos contribuir com um novo projeto de país, que consiga, de fato, enfrentar as mazelas do capitalismo e da desigualdade social. Que tenhamos um estado democrático, a serviço de todo povo, e não mais apropriado por uma classe de privilegiados. Para termos uma democracia popular.

Uma sociedade justa e igualitária para todos os brasileiros é o nosso horizonte.

Nosso sonho não tem limites!!! Nosso caminho é longo, mas a cada passo nos aproximamos mais ainda da utopia de um futuro melhor, como nos ensinou Eduardo Galeano.

E haverá um dia, que não teremos mais Sem Terra, não teremos mais latifúndios, não teremos mais gente que passe necessidade, e todos e todas terão trabalho digno, renda necessária e acesso ao conhecimento. E que possam praticar sua cultura, livres de qualquer opressão e exploração.

Pode demorar, mas já estamos a caminho...

João Pedro Stedile
07/09/2025



ASSENTAMENTO OCTAVIANO RODRIGUES DE CARVALHO (ES)



MARCA ESTADUAL – FEIRA DE SANTANA (BA) 2002



Arquivo MST



OCUPAÇÃO FAZENDA GIACOMETTI (PR) 1996

Arquivo MST • Sebastião Salgado



ELDORADO DE CARAJÁS (PA) 1996

Arquivo MST • Sebastião Salgado



ELDORADO DE CARAJÁS (PA) 1996

Arquivo MST • Sebastião Salgado



LULA NO ASSENTAMENTO ELI VIVE (PR) MAR/2022

Ricardo Stuckert



OCUPAÇÃO FAZENDA SAFRA (PE) AGO/1995

Arquivo MST • Eriberto de Souza



MARCHA NACIONAL – BRASÍLIA 2005

Arquivo MST • Leonardo Prado



ASSENTAMENTO VILA DIAMANTE (MA)

MST – Um educador popular

No ano de 1984 se apresenta para a sociedade brasileira um grito de dor pela falta da terra, uma semente. Gente de punhos cerrados que se fazia uma organização social. Das mãos calejadas, dos rostos marcados, da terra negada, nascia a sementeira que abriria sulcos na história. Não eram corpos apenas, eram sonhos, desejos e esperanças.

Carregavam em seu tempo e suas histórias o horizonte: o MST.

Ele passeia pelo nosso humano sentimento, e pela nossa alma. Ele adentra os infinitos espaços da nossa prática social e de nosso ser. Sua presença faz o latifúndio dos ignorantes tremer, se enfurecer, pois os Sem Terra constroem o amanhecer e fazem a cerca se romper. Não só pela arrebentação, mas pela força da canção.

Atravessamos quarenta invernos resistindo ao frio e à pressão; foram quarenta verões de suor na plantação, enfrentando o calor que a lona derretia. São quarenta outonos colhendo a resistência, e outras tantas primaveras em que brotam consciências. O MST não tem endereço fixo, mas tem linhas políticas, princípios organizativos, territórios emancipados, setores, equipes, coletivos, músicas, poesias e rebeldias.

Ele tem acampamentos e assentamentos, é povoado de gente e de esperanças. Em seus acampamentos que parecem cidades de lona e de estrelas se aprende o amanhã,

cada bandeira vermelha um anunciar de braços fortes que rasgam o chão, cada passo na estrada uma marcha e um verso que ecoa a transformação.

Ele traz memórias em cada olhar para o futuro. Ele sente na brisa que vem do ontem o arrepiar da pele que se faz no presente. Hoje se faz voz, gritos e ousadias. Ele se prepara para o amanhecer, iluminado pelas estrelas que abrirão clareiras no seu caminho.

Ele tem em sua gênese um universo de saberes, de sabores, de linguagens, emoções, e uma delas é essa infinita capacidade de nos tocar no centro de nossa existência, com a linguagem da luta e em defesa da vida.

Plantamos na história não apenas o arroz, o feijão, o milho e a macaxeira, plantamos escolas itinerantes e edificamos casas, comunidades e artes. Esses quarenta anos de colheita não foram apenas grãos, frutas e legumes, colhemos dignidade, novos valores e costumes.

São quarenta anos de um povo que não se cala, cada rosto curtido pelo sol da injustiça são vidas que transformam esse chão que deixou de ser promessa, vira página de uma história reescrita com trabalho e amor a essa terra.

Essas memórias exalam odores, expressões, lamentos, segredos, conspirações, poesias, rodas de conversas, rebeldias e cantigas que atravessam séculos de lutas. Muito além do retrato, são expressões, emoções e construção. É mistério e aconchego, são risos,

alegria e rebeldia, que fazem com que a terra seja fértil, e os privilégios cercados e eliminados, até que o direto ao pão seja consagrado.

São quarenta anos em que se cuida da vida, da terra e da biodiversidade. É no honrar aos que caíram, que suas sementes germinam. São poças de suor e sangue que regam o broto do porvir. É seguindo adiante, com a enxada, com a arte e a poesia, com alegria e resistência, que vamos cortando as cercas do silêncio que se ouve, e que se sente. É com o vento roçando a pele nas madrugadas escuras, ou em cima dos caminhões compartilhando as histórias que mantemos a certeza do triunfo. O amor pelo, e com o povo, nos faz plenos e plenas. Em cada passo dado nos aproximamos do broto da semente do futuro.

Os suspiros das longas caminhadas e os atos de rebeldia se tornam marcas no chão que regam as mais áridas estações, foram gritos calados, poeiras levantadas, solas gastas pelos versos escritos nas estradas. E seguimos alimentando a nação.

O medo da fome era muito, a sede se tornava um tormento, mas maior era a chama que vinha do pensamento. E assim, na estrada, no insistente caminhar rasgamos as cercas do presente. Foram vozes que se uniram em multidões, vozes que ecoaram em canções. Esta é a trilha que risca esse chão, esse andar que não para, que não espera. A terra não se entrega, se conquista com fervor. E essa terra dono não terá, pois ela só se pode partilhar.

Foram inúmeras as vezes que erguemos as vozes com o peito em frangalhos, costurando a dor das vidas que nos foram arrancadas. Cada palavra do nosso hino era um fio tênue, um lembrete de quem havíamos perdido, mas que no chão batido da luta guiava os nossos passos que se encontravam. Não foram apenas gritos, eram agulhas que remendavam o tecido da nossa alma coletiva. Não nos curamos para esquecer, nos remendamos para embalar a memória e seguir adiante.

Continuamos a marcha rumo à vitória, não para acumular troféus de conquistas para pendurar em paredes vazias, mas para que sejam sementes lançadas ao vento que fecundarão em terras férteis no chão que é nosso. Essa é a força que nos mantém em pé ante o vendaval, unindo a raiz, o caule e a flor num pulso verde que se ergue da terra, e se chama organicidade e unidade. Irmãs gêmeas que dançam entrelaçando as árvores da grande floresta onde habita a estranha mania da serenidade política, de um projeto de país e de humanidade que teimosamente nos move adiante.

Com o braço esquerdo erguido, entre os dedos cerrados aquele punhado de terra, convocamos com doçura: “Vem, façamos a nossa liberdade”. Entre loucuras e bravuras continuamos erguendo a nossa voz e nossa bandeira rumo à liberdade.

Aprendemos com o tempo a ouvir o grito das águas clamando por socorro, fomos

juntando as pedras e cuidando das raízes e da terra, buscamos a força e a vida que existe em nós. Fomos gestados pelos que nos antecederam e paridos pelo povo. Quando nascemos nos envolveram em uma linda bandeira vermelha, e é nela que buscamos a força viva e pulsante da transformação.

Já fomos criança, engatinhamos, aprendemos a caminhar e a falar, seguimos aprendendo na adolescência, na juventude, e amadurecemos. Fomos peneirando a terra, deixando cair o que não nos faz bem, e guardando com carinho tudo aquilo que nos humaniza.

Chegamos à maturidade, não com a certeza de quem tudo sabe, mas com a humildade de quem aprendeu a desaprender. Aprendemos a não andar sós, e descobrimos que a solidão é um fardo pesado demais para carregar.

Aprendemos a ler o tempo nos rostos dos companheiros e companheiras, nas rugas que ele traça, não no medo, mas na esperança que o brilho dos olhos nos traz. Aprendemos a medir a distância não pela fadiga, mas pelo anseio do encontro, e é esse anseio que move o nosso caminhar. Carregamos nos pés a terra antiga rumo ao futuro, e sob um clarão, seguimos adiante. Caminhamos com propósito, seguimos, não vagamos. O destino não é um lugar, ou um rosto, é o encontro inevitável com aquela que, de passo firme e olhar ardente, desperta os vales adormecidos, aquela que cujo nome ecoa como o retumbar do tambor que pulsa e amplifica. É ela, a REVOLUÇÃO.

Rosmeri Witcel
Guararema, 01/09/2025



ASSENTAMENTO 25 DE MAIO (CE)



ASSENTAMENTO VILA DIAMANTE (MA)



Nilton Pereira



COOPTAR – ANTIGA FAZENDA ANNONI (RS)

Nilton Pereira



COOPTAR – ANTIGA FAZENDA ANNONI (RS)



ASSENTAMENTO VILA DIAMANTE (MA)



ASSENTAMENTO OCTAVIANO RODRIGUES DE CARVALHO (ES)



ASSENTAMENTO 25 DE MAIO (CE)



ASSENTAMENTO 25 DE MAIO (CE)



ASSENTAMENTO ROSELI NUNES (MT)



COOPAN – NOVA SANTA RITA (RS)



INSTITUTO EDUCAR – ANTIGA FAZENDA ANNONI (RS)



ASSENTAMENTO OCTAVIANO RODRIGUES DE CARVALHO (ES)

Nilton Pereira

Pedagogia do movimento: da luta pela terra à luta pela educação

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao longo de seus 41 anos de existência constituiu uma trajetória de luta, resistência e imprescindível ousadia no contexto da luta de classes no Brasil, possibilitando incidir na questão agrária do país e junto à sociedade brasileira a partir da ótica dos povos trabalhadores do campo e da cidade.

O MST tem se dedicado contundentemente no rompimento das cercas do latifúndio da terra, do saber e do capital. Essa postura possibilita aos sujeitos Sem Terra se colocarem no centro do enfrentamento à concentração de terra e ao modelo de agricultura do agronegócio, ao mesmo tempo, reafirma a organização e a luta da classe trabalhadora contra a sua exploração, pela extinção dos mecanismos de dominação do Estado burguês, pelo fim do uso de agrotóxicos e da mercantilização da vida e da natureza.

Os Sem Terra assumem a realização de ocupações, a organização dos acampamentos e assentamentos, a defesa da soberania popular e alimentar, a implementação da Agroecologia, a construção da Educação do Campo e a formação de quadros, enquanto dimensões integradas na tarefa da luta e construção da Reforma Agrária Popular.

Dadas às finalidades sociais e formativas do MST, a gênese da sua luta por educação

se localiza nos primeiros acampamentos na década de 80, expressando concretamente a necessidade posta pela presença das crianças, tanto pela demanda de cuidado, como para tornar compreensível a elas a luta pela qual participavam, além do desafio de oferecer atendimento educacional às crianças. Soma-se a isso a demanda por ensino de muitos jovens e adultos não alfabetizados. Posto isso, a educação passa a dar impulso e exigir a articulação de espaços específicos de discussão. Mesmo que a prioridade das famílias Sem Terra fosse a conquista da terra, logo se evidenciou a necessidade coletiva da apropriação da ciência enquanto instrumento que qualificasse a continuidade da luta, seja em decorrência da análise política, econômica, agrária e social, tal como do próprio desenvolvimento territorial. Face a essa realidade, o trabalho na área de educação entra para agenda política do MST, tanto pela educação infantil como pela alfabetização de jovens e adultos, mas sobretudo impulsionado pelas finalidades sociais e formativas que a luta pela Terra e pela Transformação Social requer. A educação é incorporada como prioridade enquanto ferramenta da luta social pela emancipação humana.

O MST e a luta pela Educação do Campo

As experiências educativas e as reivindicações dos Movimentos Sociais e Sindicais do Campo, em especial as organizadas nos

territórios da Reforma Agrária pelo MST, são consideradas referência para formulação da política educacional e adquirem um reconhecimento legal a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB nº 9394/96, que torna possível a formulação de políticas educacionais tendo em vista as especificidades do campo, conforme previsto no artigo vinte e oito (28), assim como seu artigo primeiro (1º) reconhece os movimentos sociais enquanto agentes educativos.

Em meio à complexidade do contexto político da luta pela Reforma Agrária, em decorrência do massacres de Corumbiara (RO) em 1995 e Eldorado dos Carajás (PA) em 1996, as práticas educativas do MST impulsionaram a realização do I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), que ocorreu em Brasília, de 28 a 31 de julho de 1997, o qual é considerado a mola propulsora da constituição da luta social por educação do campo e de formulações para escolarização adequada à realidade rural e por uma política pública na perspectiva do projeto de formação humana dos sujeitos do campo.

O I ENERA ficou marcado por conceber o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), posteriormente instituído, no dia 16 de abril de 1998, e pela articulação da I Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”, realizada em Luziânia-GO, no mesmo ano. O Pronera, como a primeira

ação efetiva do Estado brasileiro em resposta à luta e às reivindicações sociais por uma Educação do Campo, tornou-se um marco na construção da política pública educacional voltada à escolarização e à formação técnica, política e científica dos jovens e adultos beneficiários da Reforma Agrária.

A partir de 2002, o movimento “Por uma Educação do Campo” se fortalece e amplia a luta pela garantia do Direito à Educação dos povos do campo, vinculado à solidificação do Projeto Territorial Camponês. No âmbito do marco legal conquistou ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso a Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, embora negligenciadas e não executadas por esta gestão presidencial. Mediante as articulações, reivindicações e lutas dos Movimentos Sociais e Sindicais do Campo, a resolução foi implementada no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e em 2004 é alcançada a inclusão da Educação do Campo na estrutura do Ministério da Educação na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidades (SECAD). Consolidando históricas conquistas na construção democrática de políticas públicas, foi estruturado em 2010 o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) por meio do Decreto Presidencial nº 7352/2010 – Portaria nº 86/2013 – MEC e, mais recentemente, em julho de 2025, foi instituído o Novo Pro-



ASSENTAMENTO VILA DIAMANTE (MA)

nação (Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas).

São conquistas, não sem limites, que se materializam nos territórios da Reforma Agrária e nas comunidades camponesas, por meio da luta pelo acesso da Educação Infantil à Educação Superior, contribuindo para a elevação do nível cultural e de escolarização das crianças, dos jovens, dos adultos e dos idosos acampados e assentados, possibilitando a qualificação do desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental dos territórios.

A Pedagogia do Movimento e a formação de lutadores do presente e construtores do futuro

Como parte da construção da Educação do Campo, a Pedagogia do Movimento delimitada a partir do fazer concreto da educação e da elaboração do MST é a forma pela qual o projeto educativo e o trabalho com a educação dos Sem Terra passaram a ser identificados a partir do final da década de 1990. É a forma pela qual historicamente o MST vem forjando o sujeito social Sem Terra, permitindo formular uma teoria e prática de formação humana desde a materialidade da vida das pessoas que fazem parte do MST. Caldart (2004) evidencia no processo de formulação, a investigação das vivências¹ educativas dos Sem Terra, como ocupar a terra, viver e organizar o acampamento e o assen-

tamento, a mística com as diferentes linguagens artísticas, a participação em ações massivas com marchas, a organicidade, a luta política e pedagógica pela ocupação da escola, entre outras. Destas vivências decorre a compreensão inicial de processos pedagógicos básicos, posteriormente batizados como matrizes formadoras do ser humano, divididas em cinco categorias: o trabalho, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história. Destacadas pela Pedagogia do Movimento, tais matrizes são compreendidas como chave para analisar e pensar processos educativos em diferentes contextos, orientando ações voltadas pedagogicamente para educar na direção do projeto histórico assumido pelo MST – finalidades humanizadoras (Caldart, 2004).

A formulação teórica da Pedagogia do Movimento, embora tenha como base empírica e analítica as práticas educativas do MST, compreendidas enquanto herdeiras e continuadoras do acúmulo prático-teórico da Educação Popular e da Pedagogia Socialista Soviética, integra o conjunto de esforços teóricos e práticos para fazer com que a educação da classe trabalhadora forme lutadores do presente e construtores do futuro – sociedade socialista.

Considerando as finalidades sociais e educacionais do MST, a Pedagogia do Movimento chama a atenção e orienta para a imprescindibilidade da dimensão educativa da historicidade. A historicidade dos fenômenos

sociais e naturais é condição para apreender as contradições do devir, de modo que progressivamente o sujeito se aproprie da concepção materialista histórica-dialética do mundo. Para isto, direciona que o trabalho com educação, escolar ou não, deve desempenhar intencionalidade pedagógica nas atividades a partir das diferentes áreas do conhecimento e, assim, estabelecer a relação entre memória e história. A história deve ser tratada como ciência, o que exige desenvolver o trabalho educativo na perspectiva histórica de maneira que os sujeitos envolvidos possam analisar o desenvolvimento da sociedade, a natureza das lutas da humanidade e o seu papel na dinâmica social, e, vinculando passado, presente e futuro, e, sobretudo, intervir e transformar a realidade.

Compreendemos que um povo ou um movimento que não conhece seu passado está fadado a fracassar e ficar esquecido pela história. A identidade coletiva e social denominada SEM TERRA não teria se constituído fora das práticas que cultivam a memória coletiva e a história do movimento. Cultivar a memória é condição para compreender a história, para situar as experiências sociais dos Sem Terra em uma história mais ampla das lutas e das transformações da sociedade e da natureza (Caldart, 2004). A identidade coletiva se processa de maneira articulada ao contexto sociocultural da inserção dos sujeitos, está vinculada ao trabalho, à terra, à luta social, à moradia e à forma de produ-

ção da cultura e da vida em todas as suas dimensões, tendo por base as relações sociais vividas nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. É no movimento da história que se faz o Movimento por meio da sua luta social, e essa concretude conforma a identidade coletiva Sem Terra. A arte e as diferentes linguagens artísticas são essenciais na construção da identidade Sem Terra e na formação humana, no cultivo da memória coletiva, da história e como ferramenta para denunciar as ações desumanas e anunciar as ações humanizadoras, seja pela música, o teatro, a dança, as artes plásticas e a literatura, assim como a Mística enquanto expressão coletiva articuladora de diferentes linguagens, que imprime com profundidade um caráter sensibilizador e humanizador. As recentes atividades desenvolvidas no I Festival Literário Escrevivências Sem Terra evidenciaram que a produção literária é uma potente forma de dar vivacidade à memória coletiva, resgatar e contar nossa história, alimentar e anunciar sonhos, conquistas, desafios e reforçar nossa percepção de mundo a partir da luta pela terra. A literatura, oral ou escrita, é capaz de transmitir ao longo da vida humana, os acúmulos, a memória e a história de um povo e de uma sociedade. Isso reforça a necessidade de resgatar e cultivar a memória para a literatura.

Para a Pedagogia do Movimento o cultivo da memória e o conhecimento da história são objeto permanente do trabalho edu-

cativo, seja na educação, escolar ou não, como forma de ampliar o arcabouço cultural e compreender cada conquista e experiência singular da luta na interface com a realidade e história universal. É justamente na articulação entre memória e história, em sua integração dialética, que se torna possível projetar e intervir no presente, tendo por perspectiva de ação a busca por coadunar memória e história – história e memória, em sua unidade dialética, na perspectiva de viver o presente e tecer o futuro com vistas à humanização do ser humano, também em sua memória e em sua história.

Essa perspectiva histórica propicia desenvolver uma postura frente à realidade que os desafios da luta por Reforma Agrária Popular e as transformações sociais exigem. Compreender que a sociedade se transforma e que deve ser apreendida em seu desenvolvimento histórico contribui para desmistificar a ideia da impossibilidade de mudança das circunstâncias que a realidade impõe, uma vez que o trabalho educativo, partindo da compreensão da realidade histórica, pode pedagogicamente conduzir à projeção de futuro, à capacidade de sonhar, de ter utopia e de projetar para formar hábitos contestatórios, reivindicatórios e de luta para denunciar, enfrentar e superar as situações desumanas.

Ações como **Olhares Cruzados pela Terra – MST 40 anos alimentando o Brasil**, somam esforços políticos e pedagógicos neste sen-

tido atribuído pela Pedagogia do Movimento, ao resgatar a memória e a história desde situações cotidianas, questões socioeconômicas, climáticas e ambientais que impactam os territórios em sua relação com a prática social mais ampla da sociedade.

A luta pela educação do MST é uma luta pela humanização, a qual constantemente as relações capitalistas buscam ameaçar e aniquilar. Compreendemos que construir uma sociedade socialista requer seres humanos com capacidade de se rebelar, sonhar, organizar, trabalhar e viver coletivamente, de construir relações humanas emancipadas. Essa tarefa exige domínio das bases das ciências e das artes e a valorização da memória, compreendendo o papel da história enquanto guia da ação coletiva e construindo com as próprias mãos, cotidianamente, os embriões da sociedade que sonhamos.

A educação, a história e a memória são compreendidas enquanto substrato da luta social, da resistência ativa e da transformação social.

Valter de Jesus Leite
Setor de Educação do MST
Paraná, 28 de agosto de 2025

¹ Para maior detalhamento das vivências e do processo metodológico desta elaboração, consultar Caldart (2004, p. 162-220). Pedagogia do Movimento Sem Terra, 3ª ed., São Paulo: Expressão Popular.



ASSENTAMENTO VILA DIAMANTE (MA)



Nilton Pereira

Sobre o projeto

A ideia do projeto **Olhares Cruzados pela Terra – MST 40 anos alimentando o Brasil** nasce no início de 2023 em uma roda de conversa com educadores do Instituto Educar, localizado no assentamento antiga fazenda Annoni, primeira grande ocupação do MST que ocorreu em 1985 em Sarandi, hoje município de Pontão, na região norte do Rio Grande do Sul.

A partir desse primeiro encontro a proposta foi amadurecendo: de um lado a Imagem da Vida contribuindo com a prática do projeto Olhares Cruzados, e de outro, a Resama com a experiência acumulada na área de pesquisa e na busca de soluções para o enfrentamento da crise ambiental. Compartilhado com o Setor de Educação do MST, o projeto somou-se às iniciativas para a come-

moração dos quarenta anos de fundação do Movimento que ocorreu em 2024.

Olhares Cruzados pela Terra é o primeiro livro da série Olhares Cruzados realizado em assentamentos do MST, e a 16ª edição do projeto que teve início em 2004 com a perspectiva de promover o protagonismo juvenil, a valorização da diversidade, o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente. Protagonizado por crianças e adolescentes brasileiros e de doze países da América Latina e da África, que pesquisaram as histórias das suas comunidades, o projeto incentiva o diálogo intergeracional.

A ideia central desta edição do Olhares Cruzados é somar na construção coletiva de uma trama de saberes e conhecimentos, puxando fios de memórias ambientais e climá-

ticas acumuladas ao longo de mais de quarenta anos de trajetória do MST, conectando territórios e biomas, sonhos e visão de futuro. Além disso, a expectativa é de contribuir para que a crise ambiental, seus impactos e desafios, temas centrais nas estratégias de luta do Movimento, estejam cada vez mais presentes nas práticas educativas das escolas do campo e da cidade.

Propor a escuta intergeracional e o compartilhamento de vivências em uma comunidade, seja ela indígena, quilombola ou um assentamento de trabalhadores rurais, para além de contribuir para a troca de saberes, fortalece os laços, reforça a luta coletiva e as redes de resistência.

São muitas e diversificadas as vivências que constroem a nossa compreensão do mundo, mas algumas são inesquecíveis e iluminam o nosso caminho para sempre, como a de uma lua cheia naquela madrugada de 29 de outubro de 1985, quando o silêncio da noite é rompido por passos de milhares de pessoas e pelo ronco dos motores de dezenas de caminhões que chegavam de todos os lados. Os corações batiam forte, a coragem vencendo o medo. O arame do latifúndio improdutivo é cortado abrindo o caminho para a esperança, a mesma que move centenas de milhares de trabalhadores rurais, que lutam pelo direito à terra e pela Reforma Agrária Popular.

Estar ali naquele momento, e de alguma forma ter contribuído para registrar a ocupa-

ção da antiga fazenda Annoni, o que se tornaria um dos marcos do MST, é uma honra. Quase 40 anos depois daquela noite, ter acolhida a proposta de realização dos **Olhares Cruzados pela Terra** possibilita demonstrar o meu profundo respeito pelo Movimento.

A luta pela terra é a luta por justiça social, pela soberania alimentar e pelo desenvolvimento sustentável. O MST tem se fortalecido ao longo dos anos, consolidando sua base e ampliando seu apoio em áreas como a produção de alimentos orgânicos e soluções agroecológicas sustentáveis. É preciso desconstruir a imagem negativa criada do Movimento, alimentada principalmente pela lucrativa cadeia do agronegócio e de setores de extrema-direita, que criticam a luta pela reforma agrária e a finalidade social da terra.

Dirce Carrion – Imagem da Vida

Desde os anos 1980 acompanho o movimento rural no interior do Brasil é meu trabalho. Vi o antes e o depois: a fome, a violência do latifúndio, a ganância dos coronéis e fazendeiros se beneficiando da força do trabalho semi-escravo das famílias de agricultores rurais. A imagem do campo era de miséria, injustiça e tristeza.

Mas também vi o nascimento das organizações sindicais, associações e cooperativas rurais, trazendo perspectivas de resistência e luta por uma vida melhor e terra para quem nela trabalha. A agricultura familiar com direito a terra, organização e tecnolo-

gia adequada para produção de alimentos agroecológicos vem mudado radicalmente a condição social desse povo.

O MST mostra na prática como a revolução no campo é possível. Terras antes improdutivas na mão do latifúndio são transformada em lavouras, produzindo uma diversidade de alimentos saudáveis que abastecem a mesa do povo brasileiro.

Acompanhar a ação do projeto Olhares Cruzados nos assentamentos do MST na celebração dos seus quarenta anos foi a oportunidade de ver como as comunidades conquistaram vida digna, com moradia, saúde e educação. Poder mostrar essa mudança com imagens e depoimentos das famílias que nos acolheram em suas casas, cheias de afetos e solidariedade, mantém viva a certeza de que a Reforma Agrária Popular continua sendo a solução para acabar com a fome e a desigualdade social das comunidades agrícolas.

Nilton Pereira – documentarista

Como profissional da imagem tenho percorrido os mais distantes rincões do país nas últimas três décadas, e o resumo das impressões colhidas é desolador. Imensos latifúndios, terras improdutivas e a destruição sistemática do nosso meio ambiente e biodiversidade.

Participar deste projeto e ter a oportunidade de documentar assentamentos do MST em diferentes regiões reacende a esperança. É um alento presenciar que um

mundo melhor é possível: famílias antes desprovidas de tudo produzindo alimentos saudáveis, progredindo na vida, criando um futuro melhor, não só para elas, mas para todos nós.

A reforma agrária no Brasil, ainda muito para trás em relação a países mais desenvolvidos, tem no MST o exemplo de que ainda há tempo de corrigir nossa imensa dívida social.

Faço dos versos de um grande mestre minhas palavras: *“Minha vida é andar por esse país pra ver se um dia descanso feliz. Guardando as recordações das terras onde passei. Andando pelos sertões e dos amigos que lá deixei”*.

Sim, amigos inesquecíveis! Gente que nos acolheu com imenso carinho e alimentou nosso corpo e nossa alma.

Ricardo Teles – fotógrafo

Em tempos de emergência ambiental e climática, a reforma agrária cresce ainda mais de importância a partir da percepção da redistribuição da terra e da defesa dos territórios pautada pela preservação e harmonia com a natureza como resposta a esses desafios emergentes.

São tempos que exigem readequação de discursos, demandas e estratégias frente aos impactos do sistema socioeconômico global de desenvolvimento neoliberal sobre quem está na linha de frente: comunidades camponesas, sem-terra e sem-teto, mulhe-

res e crianças, povos indígenas, comunidades quilombolas e uma diversidade de povos e comunidades tradicionais, população negra e periférica.

A justiça ambiental e climática reforça, portanto, a necessidade de transformação radical da ordem econômica global, já que a crise ambiental e climática evidencia ainda mais esse sistema disfuncional e insustentável no qual quem menos contribui para as causas dessa crise é quem sofre suas maiores consequências.

Nesse sentido, o projeto **Olhares Cruzados pela Terra – MST 40 anos alimentando o Brasil** representa um esforço de mapear e entender os impactos dessa crise em assentamentos localizados nos diferentes biomas brasileiros. O projeto também se debruça sobre soluções e estratégias de cada território

para lidar com esses desafios, tendo como foco a agroecologia, a proteção da sociobiodiversidade, as agroindústrias, a educação no campo, a economia solidária e circular. Tudo isso com respeito, resgate e celebração dos conhecimentos e da cultura tradicional típicos de cada região do país.

A soberania alimentar defendida pelo MST depende, portanto, da saúde dos territórios, aqui entendida tanto como a saúde da população, quanto a saúde da própria terra, demandando uma abordagem de justiça que faça parte do vocabulário e da estratégia da luta pela reforma agrária, já que as implicações da crise ambiental e climática atingem de forma desigual, desproporcional e com mais intensidade as populações, comunidades e territórios mais vulnerabilizados.

O caminho percorrido pelo **Olhares Cruzados pela Terra** nos mostra que as comunidades camponesas estão sim na linha de frente do enfrentamento à crise ambiental e climática, mas que também estão desenvolvendo soluções para se adaptarem aos seus impactos, para remediar e mitigar seus efeitos, ao mesmo tempo em que fortalecem sua resiliência frente às desigualdades nos sistemas alimentares.

**Erika Pires Ramos e Ariana Monteiro
Resama – Rede Sul-Americana
para as Migrações Ambientais**



Nilton Pereira



ASSENTAMENTO VILA DIAMANTE (MA)

Metodologia do projeto e das oficinas

Minha trajetória de trabalho com estratégias de inovação social de base se descola da pesquisa acadêmica tradicional para buscar formas emancipatórias de ser e fazer, a partir de uma perspectiva de direitos humanos, com foco na agência das pessoas, em seus territórios, tecnologias e saberes múltiplos.

Ainda assim, quando recebi o convite da Resama para participar deste projeto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), senti o peso de uma grande responsabilidade. Afinal, não se trata apenas de um dos maiores movimentos sociais do planeta, mas, para mim, do mais inovador que existe, justamente pela forma de colocar as pessoas no centro de todas as lutas e processos. O MST inspira minha ética de trabalho há muito tempo, pela beleza de sua pedagogia do cuidado, que ensina que dignidade se constrói no coletivo. Essa lógica de compartilhar, aprender e agir junto é, em si, uma metodologia viva.

Por isso, assumir essa responsabilidade significou também me deixar envolver por esse modo de fazer, abrir mão de certezas para dar lugar à intenção e à curiosidade genuína de aprender e construir, desconstruir e reconstruir, conjunta e de forma interativa, a narrativa dos **Olhares Cruzados pela Terra – MST 40 anos alimentando o Brasil**. Acima de tudo, significou acolher a confiança que nos foi depositada com humildade e compromis-

so com o projeto de emancipação popular do movimento, fundamentado na luta pela terra, na democratização do acesso à natureza e aos meios de produção, e na garantia de soberania e direitos para o povo brasileiro.

Essa escolha foi, na prática, o que deu forma à ética e ao caráter profundamente participatório da nossa abordagem. Orientada pelos princípios do respeito, do reconhecimento, da autodeterminação, da humildade, da justiça e da dignidade, a metodologia codesenvolvida com as companheiras e os companheiros do MST pertence a cada pessoa envolvida e homenageia não apenas as histórias que contamos neste livro, mas também as muitas relações que sustentaram o nosso fazer coletivo e que não cabem no limite destas páginas.

A linguagem acadêmica pode tentar, mas a verdade é que não consegue explicar o que é o encantamento da vida... A poesia consegue. A música, a contação de histórias e a espiritualidade também. E o MST sabe bem disso. E, por saber disso, o movimento possui uma das linguagens mais poderosas de organização popular que tive a honra de presenciar: as Místicas, que nada mais são do que um contínuo exercício coletivo de memória viva.

E para que não me entendam mal: não estou renegando a linguagem acadêmica, até porque a educação de base do MST é fundamentada na difusão de teorias políticas múltiplas de maneira extremamente efetiva.

Nem nos mais exclusivos círculos da elite acadêmica brasileira você vai encontrar pessoas discutindo Paulo Freire, Pistrak, Karl Marx e Roseli Caldart com tanta eloquência, pragmatismo e vivência como nos assentamentos e escolas de campo do MST.

A diferença aqui é fundamental: o saber não é exclusivo, nem construído seguindo uma única direção possível – de cima para baixo. O saber é popular, compartilhado e viaja em múltiplas direções no tempo e no espaço. O saber a todos pertence – e por isso é verdadeiramente revolucionário.

E é isto o que quero destacar aqui, como uma das mais profundas realizações do nosso trabalho de campo: o pragmatismo acadêmico sozinho não dá (e nem jamais dará) conta de explicar a complexa magia que sustenta ecossistemas fortes, vivos, vibrantes e em constante movimento.

Memória compartilhada através do tempo e do espaço

A terra nunca foi apenas um espaço físico. Para as mais de 450 mil famílias Sem Terra deste país, ela é memória, semelhança, pertença e sustento. Cada pedaço de chão carrega histórias de resistência e esperança nas mãos que empunham enxadas para ocupar, resistir e cultivar. E, ao longo de ciclos, estações e gerações, germinam não apenas sementes, mas também possibilidades de renascimento e de futuros muitos.

O projeto **Olhares Cruzados pela Terra** foi idealizado como uma das iniciativas do MST para comemorar os quarenta anos do Movimento (2024) e, ao mesmo tempo, propor um exercício coletivo: pensar os próximos quarenta anos a partir da expansão do significado da luta, revisitando memórias de ocupação e conquista da terra entrelaçadas às memórias das mudanças climáticas em seus territórios. Refletir sobre os primeiros e próximos quarenta anos do Movimento significa também reconhecer que a permanência em cada assentamento conquistado pela luta da Reforma Agrária Popular no Brasil tem sido constantemente ameaçada.

A expansão histórica do capitalismo sobre o campo, o avanço do agronegócio e a industrialização da agricultura não apenas expropriam violentamente pequenos produtores rurais de suas terras. Eles também aceleram migrações involuntárias, impactam a produção, transformam os modos e meios de vida no campo e na cidade e colocam em risco a continuidade de culturas, práticas e saberes fundamentais.

Escutar para entender, aprender e sonhar junto

Neste projeto, passamos ao menos dez dias em cada um dos cinco assentamentos que visitamos ao redor do Brasil. Uma amostra que já revela uma diversidade imensa de culturas, biomas e lutas. Mas que, diante da



ASSENTAMENTO OCTAVIANO RODRIGUES DE CARVALHO (ES)

Nilton Pereira



ASSENTAMENTO OCTAVIANO RODRIGUES DE CARVALHO (ES)

magnitude do MST, é ainda muito pequena. Hoje, o Movimento conta com cerca de 450 mil famílias assentadas e 100 mil acampadas em 24 estados brasileiros.

Essa realidade nos impôs um dilema metodológico: como representar um movimento tão vasto e diverso sem limitá-lo? Como traduzir a pluralidade de vozes, culturas, gerações e memórias que tecem essa rede imensa, capaz de articular com tanta força histórias, vivências e memórias?

Reconhecer que não tínhamos uma única resposta sequer para essas perguntas foi essencial para compreender que nossa tarefa jamais seria produzir conhecimento sobre o Movimento ou para o Movimento. Até porque o MST produz conhecimento incessantemente. Nossa tarefa seria, então, facilitar espaços para exercitar a escuta atenta e ativa, para aprender e entender, e assim amplificar vozes, saberes e inteligências de cada território em seus próprios termos.

O currículo deste projeto foi idealizado durante uma série de encontros virtuais preparatórios com grupos diversos que representavam a estrutura organizativa de cada assentamento. Nesses encontros definimos conjuntamente eixos temáticos amplos, que serviriam como base para o nosso trabalho. Acordamos que todos os próximos passos metodológicos seriam construídos de forma coletiva com o Movimento. E assumimos o compromisso de prover às famílias assentadas de cada território o apoio necessário

para elas mesmas definirem quais seriam os tópicos mais relevantes a serem trabalhados em sua região. E ao longo de dez meses, a equipe deste trabalho se dedicou ao registro desse exercício coletivo de rearticulação de múltiplas memórias e sonhos através de gerações e territórios.

Companheiros e companheiras de todas as gerações foram convidados a desenhar mapas afetivos de seus assentamentos que apontaram para muito mais além das áreas de moradia ou roçado. Aprendemos juntos aonde as crianças gostam de ir para brincar e se divertir, os melhores lugares para apreciar o nascer do sol ou se refrescar do calor, onde moram as pessoas que gostam de prosseguir por horas a fio, a que casa ir pra curar espinhela caída ou problema de estômago e como fazer pra chegar lá.

Plantamos e cuidamos de árvores reais e imaginárias, para entendermos os elementos e histórias que nutrem a vida de cada território. Através dessas conversas aprendemos de onde vêm as raízes do movimento, as rotinas de cada assentamento, os saberes e valores da cultura local, esperanças, sonhos e desejos, os frutos transmitidos através das gerações, eventos e padrões que deveriam virar matéria orgânica para compostagem e os legados que gostariam de semear para as novas gerações.

Facilitamos oficinas com jovens, desde a primeira infância até a juventude nas Escolas do Campo do MST, para (inspirados na sabe-

doria de Antônio Bispo dos Santos) prepará-los para serem, no presente, interlocutores do passado e locutores do futuro. Nessas oficinas aprendemos e treinamos através de exercícios técnicos e teatrais como liderar entrevistas, rodas de conversa e trocas que seriam protagonizadas por companheiras e companheiros de gerações anteriores, como forma de colaborar na construção de conhecimento com assentados de todas as gerações.

Essa abordagem exigiu de nós outro ritmo: um tempo capaz de acompanhar a dinâmica viva e em constante movimento dos Sem

Terra e dos Sem Terrinha. Para nós, não bastava registrar informações. Era preciso parar e escutar atentamente as palavras, os gestos e até mesmo os silêncios, vindos tanto dos assentados quanto da própria terra. Aos poucos, de estado em estado, as dúvidas iniciais deram lugar à emergência de uma linguagem compartilhada pelas mais diferentes realidades. Uma linguagem comum, que carrega a essência da memória coletiva do MST. Nutrida ao longo de gerações pela relação íntima com a terra sonhada, prometida e conquistada: a identidade camponesa.



ASSENTAMENTO 25 DE MAIO (CE)



Nilton Pereira

ASSENTAMENTO ANTIGA FAZENDA ANNONI (RS)



ASSENTAMENTO ROSELI NUNES (MT)

Memória da terra

A memória nunca está guardada ou pronta. Também não vem do passado e nem repousa passiva em algum rincão esquecido esperando para ser lembrada. Ela é resultado de dedicação, teimosia e esforço. Para muitos é mais uma luta. Diz o historiador brasileiro Ulpiano B. de Meneses que a memória não é algo perdido para ser resgatado, como uma criança que caiu no poço, mas um processo de permanente construção e reconstrução: um trabalho. Não há exemplo melhor que possa confirmar essa afirmação do que o esforço cotidiano do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para a construção de sua memória.

Um esforço que mantém animada a caminhada de quem está na luta, que transfere recordações e responsabilidades entre gerações e ajuda a reverter a nociva narrativa hegemônica que por anos a grande mídia e as elites nacionais construíram sobre a atuação do movimento. Trata-se de processo que, na sua feitura, revela as singularidades de cada espaço, conjunto de pessoas e contexto, mas também indica a coesão e o objetivo comum de uma luta que é diversa e una ao mesmo tempo. O movimento tem rostos e paisagens muito plurais, mas um passado que se reconhece e se identifica.

Nos relatos que compuseram a trama deste projeto, que teve oportunidade de colher fragmentos de memória oral e visual de

cinco assentamentos do MST por todo o Brasil, foi possível partilhar narrativas repletas de aspectos muito singulares que permitem perceber as particularidades de cada tempo e de cada território. As experiências vividas pelas pessoas e espaços visitados estão distribuídas nos mais de quarenta anos que hoje o movimento celebra. Desde a ocupação por cerca de 2.200 famílias da antiga fazenda Annoni (Pontão, RS) em 29 de outubro de 1985, até a ocupação por 85 famílias em 23 de abril de 2000 da fazenda Cachoeira da Lapa (Boa Esperança, ES) – marcos temporais deste trabalho.

As memórias não são as mesmas, mas a história é a mesma história de resistência à distribuição injusta da terra e luta por sobrevivência digna e trabalho. Já na estrutura geral do que se narra, revelam-se estas afinidades: começar a história pelas motivações que levaram as famílias a aderirem à luta camponesa e uma compreensão da passagem do tempo pautada pela progressiva conquista da terra e pelo seu aprimoramento.

“A ocupação é um marco histórico na vida de cada um, é o momento que corta a cerca do latifúndio, que não é só o latifúndio da terra, mas também da educação. O segundo momento é o pré-assentamento, quando é fortalecida a educação, buscando vínculo. E aí o assentamento, né? Que é outra realidade. E esses três espaços, acampamento, pré-assentamento e assentamento, essa manifestação cultural acho muito importante, porque é uma mistura

de pessoas vindas de regiões, oriundas de vários lugares nesse momento de formação de vivências.” Maria José de Souza Gomes, assentamento Roseli Nunes, Mirassol D’Oeste, MT

Nas narrativas, as fases tradicionais de conquista da terra surgem como um mesmo percurso comum, cuja dureza e superação evocam as afinidades que fazem com que comunidades – distantes geograficamente, mas próximas na caminhada – se reconheçam na fraternidade da luta. Tudo começa sempre na mobilização popular, na articulação das famílias, na formação dos núcleos de base e no estudo político para, finalmente, o levantamento das demandas locais. É nesse lugar que o contorno de grupo é delineado.

Depois de identificada a área improdutiva, vem a ocupação – e depois o acampamento –, grandes marcos do início da luta propriamente dita. A primeira decisão que segue o acampamento é a escolha do espaço para a escola e a seleção dos professores, onde a memória narrativa da comunidade ganha seu primeiro marco perpetuador. Pode demorar muitos anos até a conquista da titulação, que inicia a consolidação do assentamento, com sua infraestrutura e o projeto de uma vida digna e sustentável: a chegada da rede elétrica, a construção da infraestrutura agrícola, a passagem da lona para a casa de taipa e depois para a de alvenaria, a primeira colheita. Esses marcos temporais pautam as histórias locais e convertem em monumentos

históricos os postes de luz, cercas, paredes e punhados de terra que os caracterizam. No entanto, todo monumento precisa de pertencimento – ou pertença, como se escuta muito. Daí resulta um importante desafio futuro de memória que tem sido enfrentado pelo movimento: fortalecer o significado de todas essas conquistas.

É forte a necessidade de afirmar essas narrativas e construir o lastro de memória que é capaz de transmitir às novas gerações a intensa dificuldade que caracterizou o processo vivido pelos seus antepassados. Na verdade, a luta nunca termina. Assim como foi preciso batalhar por toda a infraestrutura que torna digna a vida nos assentamentos, é preciso construir a memória dos processos que a realizaram. O tempo de lona – seu medo e esperança – tem que chegar a quem não estava lá e também reunir os que comungaram dessa provação. Nesse ponto não é apenas para o futuro que a memória olha, mas reúne o presente do trabalho no campo. A compreensão da luta como algo contínuo, interminável, também é presente nas narrativas, que refletem sobre as estratégias para manter o coletivo unido, fortalecendo o sentimento de pertença. A pertença tem que ser mais forte que a posse, e isso, da mesma forma, é um desafio de memória.

“Pra juventude eu quero dizer que eles se organizem, que eles tenham consciência do movimento que eles pertencem, que eles trabalhem com amor e pertença. Porque se

não tiver amor e pertença, a luta não vai!” Dona Socorro, assentamento 25 de Maio, Madalena, CE

A educação é braço importante desse esforço, mas não é o único. Por esse motivo, são também muito presentes no cotidiano de todos os assentamentos espaços em que podem ser revisitados aspectos dessa jornada e tessitura da narrativa do coletivo. É preciso ter uma narrativa coletiva. Seja no cemitério, na igreja, no boteco, na escola, nos centros de referência e memória, são abundantes os lugares dedicados à construção da memória de grupo. Podemos entender esses espaços como lugares de memória, que são importantes porque alicerçam a experiência coletiva e são capazes de simbolizar e expressar um percurso comum.

“Meu pai desde o início estava ali, ele lutou e perseverou porque era ali que ele queria o pedaço de chão dele. Então, ele disse que [d]ali ninguém tirava ele. Todo mundo carregando as mudanças, nós ajudando, e ele batalhando por um pedaço. Podemos dizer que tem orgulho do pedaço de chão que ele conquistou para nós. Porque dali veio muito alimento e muita sobrevivência nossa.” Rozélia, assentamento antiga Fazenda Annoni, Pontão, RS

Mas nem todo exercício de construção de memória é material. No Assentamento Vila Diamante, no Maranhão, Noé Rodrigues Maciel, referência de liderança desde a ocupação de 1989, fala sobre como a memória da luta pela terra marca a formação da juventude. Ele conta que a “noite do acampamento” surgiu como uma inovação social para manter viva a mística do assentamento. Trata-se

ASSENTAMENTO OCTAVIANO RODRIGUES DE CARVALHO (ES)



ASSENTAMENTO 25 DE MAIO (CE)



de um momento de celebração da memória coletiva, em que diferentes gerações de famílias assentadas revivem a experiência do período de acampamento: as histórias da luta pela terra, os despejos, os episódios de violência, mas também as músicas, a animação de noites alegres vividas e até as comidas que marcaram aqueles primeiros anos.

As místicas, que envolvem performances, encenações, composições visuais, música, ferramentas de trabalho e produtos da terra, elementos harmoniosamente reunidos para comunicar a coesão de propósito de quem vive e de quem visita os espaços e atividades do movimento, são exemplos do compromisso das comunidades de trabalhadores Sem Terra com sua própria memória.

“A noite do acampamento é para celebrar esse momento simbólico na nossa história. É um espaço de vivência para nossos filhos, netos e familiares pensado pra fazer com que essa memória, aquilo que o pai, aquilo que a mãe lutou, possa ser repassado para essa geração futura, porque, pra assentamento continuar vivendo, é importante que essa geração que nós estamos formando conheça sua própria história de luta pela conquista da terra.” Noé Rodrigues Maciel, assentamento Vila Diamante, Igarapé do Meio, MA

A terra também é suporte de memória, fenômeno que só quem cultiva pode perceber. Os saberes do trabalho com a terra, cuja preservação é preocupação permanente

entre os mais velhos de todos os assentamentos, procura meios de resistir. É preciso saber trabalhar a terra. Uma cultura que antes dava e para de dar, a sedimentação do solo, a erosão, os nutrientes, a seca e seus vincos de dor: tudo isso é a memória da terra. Memória que também é construída pelas mãos de quem a maneja. Na gentileza desse manejo está o segredo do futuro desse processo, preocupação que já começa a se estabelecer na cultura camponesa. É preciso ser gentil com a terra.

“O que eu penso é no desmatamento. Tem que tomar muito cuidado com queimar, botar fogo nas coisas, porque eles queimam, o fogo pega ali e queimou, mas queimou a terra funda. Até aquilo ali renovar, renascer de novo, que tem terra que renasce, tem terra que não, tem planta que resiste e a raiz brota, tem lugar que não. Não tem solução. E cuidar bem das nascentes, que a pessoa que cuida bem das nascentes, ela é uma pessoa que tem o pão na mesa constante. Quanto mais cuidar, melhor.” Anita, assentamento Otaviano Rodrigues de Carvalho, ES

A história da terra no Brasil, marcada pelos latifúndios que atravessaram séculos suportando a indignidade da terra injusta e ociosa, hoje se enche de esperança por meio das centenas de famílias que tiram dela sustento e abastecem o País com comida. Persiste nos discursos e nos olhares o respeito pela terra. Respeito de quem sabe que a terra lembra.

A memória não vem do passado, ela é feita no agora do bem-viver

Essa reflexão nos permite perceber dois pontos importantes sobre esse processo: ele é ativo, ou seja, precisa que alguém o faça; e ele é contemporâneo, ou seja, acontece no presente. Depende de quem está no cotidiano e de quem não está. Mais de quem caminha hoje do que de quem caminhou no passado. Experimentar um pouco do cotidiano de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra permite afirmar que o MST conhece muito bem esse processo. Que não falem mãos ao MST para construir esse trabalho e que não falem ouvidos e olhos dispostos a receber e acolher essa história.

Nas próximas páginas, organizamos um punhado de aprendizados trazidos pelos Sem Terrinhas de cada um dos cinco assentamentos que participaram do projeto **Olhares Cruzados pela Terra – MST 40 anos alimentando o Brasil**. Os aprendizados que sistematizamos não pretendem ser nem definitivos nem absolutos no que diz respeito às memórias históricas e climáticas desses territórios, mas sim um exercício coletivo de feitura de memórias compartilhadas, pois, como discutimos aqui, a memória nunca está guardada ou pronta como um objeto inanimado. Assim como a biodiversidade sustenta a continuidade de ciclos da natureza, a memória da terra acolhe experiências, conectando territórios e biomas e nutrindo a continuidade das gerações camponesas.

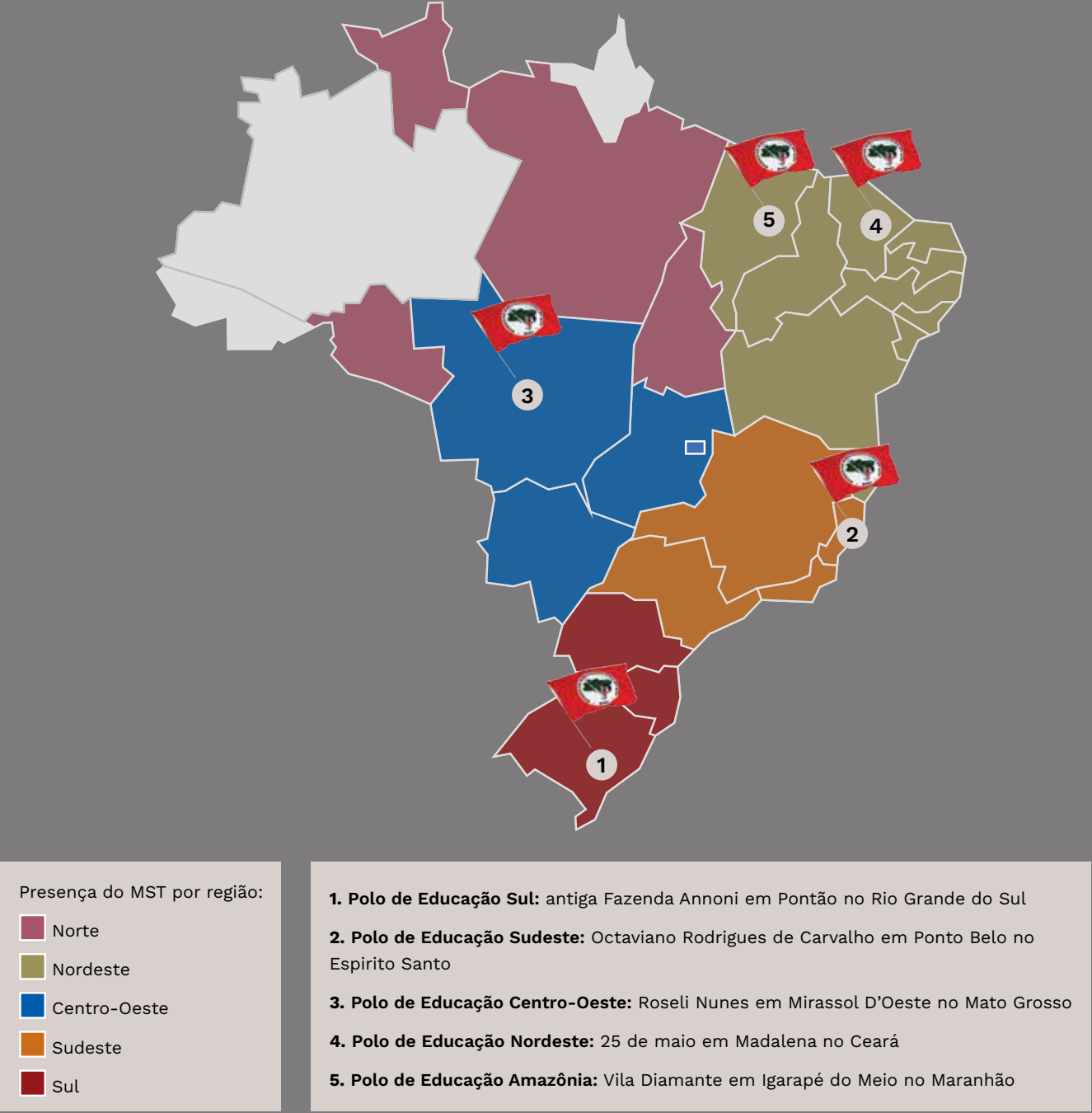
ASSENTAMENTO ANTIGA FAZENDA ANNONI (RS)



Nilton Pereira

ASSENTAMENTO OCTAVIANO RODRIGUES DE CARVALHO (ES)





Presença do MST no Brasil

O Movimento Sem Terra está organizado no Distrito Federal e em 23 estados nas cinco regiões do país. Na visão do Movimento, a luta pela Reforma Agrária Popular fundamentalmente precisa recuperar a verdadeira vocação da agricultura, que é produzir de forma sustentável alimentos saudáveis para o povo brasileiro. No total, são cerca de 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta, da organização e da resistência dos trabalhadores rurais Sem Terra. Entretanto, segundo dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) das 245 mil famílias cadastradas, 100 mil são do MST, que ainda estão acampadas à espera de um lote de terra para cultivar. Com esta dimensão nacional, as famílias acampadas e assentadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para definir estratégias e tomar decisões alinhadas com o MST.

Região Sul

Com presença expressiva em Santa Catarina e no Paraná, o MST tem forte atuação no estado do Rio Grande do Sul, onde apenas um ano após a sua fundação em 1984, 2200 famílias ocuparam a Fazenda Annoni, um dos marcos históricos do MST.

Região Sudeste

Na luta pela terra o Movimento atua realizando marchas, ocupações, e outras formas

de pressão para acelerar a Reforma Agrária Popular no Brasil. Possui assentamentos e acampamentos em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, onde se encontra o assentamento Octaviano Rodrigues de Carvalho no município de Ponto Belo.

Região Centro-Oeste

No Centro-oeste está presente nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e também no Distrito Federal. O assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste, no Mato Grosso, é um modelo de produção de alimentos que integra princípios ecológicos e sustentáveis, em meio ao desmatamento e a devastação do cerrado pelo agronegócio.

Região Nordeste

Na região nordeste o Movimento tem assentamentos e acampamentos em todos os estados. Entre os assentamentos mais antigos temos o 25 de Maio em Madalena (CE), cuja ocupação ocorreu em maio de 1989, e o Vila Diamante em Igarapé do Meio (MA), que conquistou a terra em junho do mesmo ano.

Região Norte

No norte do país o MST está presente em Roraima, Tocantins, Rondônia e no Pará, onde tem inúmeros assentamentos e um dos maiores acampamentos do Brasil, o Terra e Liberdade, em Parauapebas com cerca de 5000 Sem Terra que aguardam a efetivação da Reforma Agrária Popular.



POLO SUL - ASSENTAMENTO ANTIGA FAZENDA ANNONI - PONTÃO, RS

Cartografia da terra e sua gente

No planalto norte-rio-grandense, em outubro de 1985, 2.200 famílias, 7.000 pessoas vindas de 32 municípios do Rio Grande do Sul, em especial das regiões do Alto Uruguai e Missões, se reuniram entre a Mata Atlântica e o Pampa para ocupar a Fazenda Annoni. Quarenta anos depois, a paisagem se transformou: terras amplas e levemente onduladas, com campos e matas de araucária, dão lugar também a áreas de cultivo de soja, milho e feijão, além de imbuia, sassafrás, canela, xaxim, bromélias, orquídeas e muita erva-mate. Hoje são 423 famílias assentadas, resultado de um processo de desapropriação e seleção que se estendeu até 1993.

O processo de luta começou anos antes, com reuniões nas comunidades e apoio de paróquias e lideranças locais, fortalecidas por experiências de expulsão da reserva indígena de Nonoai e Encruzilhada Natalino. A fazenda Annoni, em disputa judicial e sem cumprir a função social da terra, foi escolhida para a ocupação. Na madrugada de 29 de outubro de 1985, milhares de pessoas cortaram a cerca e entraram juntas na fazenda. Foi um marco histórico do MST, lembrado até hoje como um dos maiores movimentos coletivos de ocupação da terra no Brasil.

“A gente, na luta aqui, trabalhou junto com o movimento interno no início, antes do dia 29 de outubro. Foi um trabalho de base de cada município, através do sindicato também, através da igreja, das religiões, que se organizaram, e teve uma liderança que puxou a frente de organizar com os municípios. E daí surgiu a ideia de ocupar a Fazenda Annoni. Aí todo esse povo chegou de uns 39 municípios, tudo na mesma noite, na madrugada de 29 de outubro de 1985, e a gente fez a ocupação, 2 mil e poucas famílias.” Neiva Basso

Logo no dia seguinte, ergueu-se o acampamento, que duraria até 1993 para a maioria das famílias. Em assembleia, foram criadas equipes responsáveis pela manutenção da vida em coletividade: saúde, alimentação, higiene, abastecimento de água, organização dos barracos, segurança, animação, imprensa e relações públicas. A instância dirigente máxima era a Coordenação Geral do acampamento, constituída por representantes de cada uma das nove equipes e por indivíduos de cada um dos 32 municípios participantes.

“Dentro do acampamento, nós começamos a se organizar em grupos de dez, onze, quinze famílias. Cada núcleo tinha o seu líder, que ia para as reuniões que discutia, depois vinha discutindo o grupo, então toda decisão que era tomada era tomada dentro do núcleo, daquelas famílias que participavam daquele grupo, e daí ia para uma assembleia geral, que é onde se definia o que a maioria discutia e aprovava. Claro que a gente já tinha uma discussão de um ano, mas a forma como a gente se preparou, entrou e participou do acampamento foi

uma coisa que chamou atenção, que foi tão bem organizado que a gente, mesmo com o sofrimento, parece que passava tranquilo aqui, a gente tinha uma esperança que no outro dia qualquer coisa ia se resolver, foi anos, mas vencemos a batalha.” Dinho Pilate

O processo de desapropriação e divisão da terra foi longo. As primeiras desapropriações começaram em 1986, mas só em 1993 houve a demarcação definitiva dos lotes.

“E seguimos em frente, batalhando, lutando com o pessoal, buscando negociação com os órgãos responsáveis pela reforma agrária, repressão, até o tempo do pessoal de Passo Fundo, onde a gente ficou acampado ali por um ano, o coronel Stock pressionou bastante nós para sairmos dali onde a gente tinha ocupado, a gente resistiu, fomos lutando, lutando bastante, até que conseguimos em negociação com o Incra a conquista da terra a qual estamos até hoje. Então foi uma luta bastante desgastante para nós, porque nós ficamos oito anos embaixo da lona, sofrendo, porque, enquanto nós não liberássemos a terra para os outros que estavam aqui junto, tínhamos que sair e fazer ocupações em outras áreas, dentro do estado, para ajudar os companheiros também a serem assentados, porque aqui só ficaria uma quantia de quatrocentas e poucas famílias. Mas valeu a pena.” Jair Basso

A partir da titulação, consolidou-se a vida no território. Foram construídas moradias de alvenaria, estradas, a Escola 29 de Outubro,

o Instituto Educar, espaços de lazer e cooperativas como a Cooptar. A produção se organizou em torno da agricultura, da pecuária e de agroindústrias.

“Hoje, aonde eu resido, temos dois médicos. Médicos esses formados em Cuba por parceria do Movimento Sem Terra com o governo cubano. Se não fosse isso, talvez não teríamos médicos. Hoje minha filha, com muito orgulho, estuda numa escola dentro de um assentamento, a 29 de Outubro. Também fruto dessa organização e dessa luta pela terra. Além da qualidade de vida dos assentados, hoje com agrovila, com agroindústria, nós temos a Cooptar, temos a Coperlate. Ou seja, além da produção in natura, hoje a gente tem mecanismo para processar e vender, distribuir essa produção. E tudo isso é fruto da organização. Quando a gente fala da infra, quando a gente fala do setor de segurança, quando a gente fala do setor de produção, é tudo uma formação que acontece dentro dos acampamentos pra você, assentado, se preparar para esse processo pós-acampamento.” Aiana

Inovações e tecnologias ancestrais

Muitas famílias mencionaram sentir falta da união e da solidariedade dos tempos passados. Falam com nostalgia dos processos participativos de formação da fase de acampamento e consolidação do assentamento como a força propulsora das maiores experiências de sucesso coletivo do assentamento, como experiência das cooperativas,

agroindústrias e outras inovações sociais e soluções criativas para lidar com as necessidades daquele tempo.

“Na época do acampamento se viu a necessidade de ter um espaço para as crianças. E a necessidade das crianças buscar a escolaridade e o conhecimento. Então se criou, dentro da ocupação, a escola itinerante, como é que eu vou dizer? Reconhecida pelo MEC. Aonde ia o acampamento, a escola ia junto com o acampamento. Então as crianças que estavam no acampamento, elas não ficavam sem estudar. Elas não perdiam o ano letivo. Eu, já na minha época, a gente, para além da escola, também se criava o núcleo de ciranda, né? A gente tinha um setor de ciranda, onde além da escola, em outros momentos, a gente criava atividades lúdicas para essas crianças. Lanche e todas as necessidades que aquelas crianças do acampamento precisavam.” Aiana

Sonhos e perspectivas de futuro

Há um desejo de que as novas gerações mantenham vivo o espírito da Annoni, valorizando a história da ocupação e do acampamento. Os moradores projetam um futuro em que a terra continue sendo espaço de vida digna pra agricultura familiar.

“Assim, na minha visão não existe outra alternativa a não ser estar organizado pra continuar mudando a sociedade. O movimento tem que estar organizado pra fazer com que a pequena propriedade, ela continue na mão do pequeno,

e não acabar voltando na mão dos grandes. Por exemplo, eu sou totalmente contra, radicalmente contra a venda da propriedade. Eu penso assim, teu lote de terra tem que viver do lote, o lote tem que produzir para viver, e pode perguntar aí qual o sonho de todo mundo? Que os filhos voltem pra cuidar do lote, que o lote fique pras famílias. Mas pra isso a bandeira da sucessão familiar, eu acho que isso é uma coisa fundamental. Por exemplo, até minha mãe morrer em 2017, com 92 anos, nós tínhamos quatro gerações juntos, e assim, eu acho que isso é uma questão que tem que ser discutida e tem que ser implantada, a sucessão familiar, as famílias têm que se organizar, lógico. Mas hoje tu vê muitas famílias ali, que ficou os velhos ali, e os filhos foram todos embora, e daí foram para a cidade, e daí os pais vão fazer o quê? A idade avançada acaba acontecendo, acaba vendendo. Quem é o comprador? Os grande, o capitalismo é assim, e aí agora está entrando bastante gente, bastante granjeiros de fora, e a gente vai dizer o quê? Então eu acho que a sucessão familiar é interessante pra manter o futuro e dá continuidade pra luta.” Olinir Antônio Pagotto









POLO SUDESTE - ASSENTAMENTO OCTAVIANO RODRIGUES DE CARVALHO - PONTO BELO, ES

Cartografia da terra e sua gente

A história do assentamento começa em 23 de abril de 2000, quando 85 famílias ocuparam a Fazenda Cachoeira da Lapa, no município de Boa Esperança. Dois anos depois e após a realização de uma ação de reintegração de posse, essas famílias se juntam a outros dois grupos de famílias acampadas nos municípios de São Mateus e Vila Valério para ocupar a Fazenda Ipiranga, no distrito de Itamira, em Ponto Belo, onde hoje é o Assentamento Octaviano Rodrigues de Carvalho. O nome é uma homenagem ao já falecido companheiro militante do MST e deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores. Situado em meio a pedras e morros que desenhavam a paisagem do noroeste espírito-santense, o território guarda nascentes e quatro represas usadas na irrigação das lavouras de 93 famílias que vivem no assentamento, organizadas em associações e grupos de mulheres, cultivando café, pimenta, frutíferas, hortaliças e criando animais por onde antes havia apenas capim e boi.

A ocupação foi antecedida por um intenso processo de formação política e aproximação com o MST. Para muitos, o contato começou por meio de parentes, amigos ou convites para reuniões de base. Nesses espaços, o MST foi articulando debates coleti-

vos e amadurecendo a ideia de fazer grandes ocupações no estado dentro do calendário das lutas do Abril Vermelho.

*“O MST marcou a minha vida muito forte. Vou te falar que quando eu ouvia falar em Sem Terra, eu tinha é pavor desse povo, porque, pra mim, eu tinha eles como uns invasores que se-
guiam destruindo tudo. Depois que eu fui ter o
companheiro Agnaldo, teve uma conversa co-
migo e me explicou sobre o Movimento e falou
‘vai pra conhecer, depois que você conhecer, aí
você pode falar o que você achar que deve’. Aí
me deu vontade, nisso eu fui, pedi a licença lá
na Prefeitura de Pinheiros e fui. E hoje a minha
identidade que eu tenho é de Sem Terra, sou
assentada, moro em cima de dois alqueires de
terra, o meu sítio se chama Sítio Vista Linda.
Se não fosse o MST, hoje eu não era tão feliz
do jeito que eu sou.” Célia Maria de Jesus*

Em abril de 2002, as famílias foram chegando de diferentes regiões do Espírito Santo, da Bahia e de Minas Gerais para ocupar a Fazenda Ipiranga, em Itamira, já desapropriada, mas ainda em poder dos antigos proprietários, e esse foi o início de uma fase marcada por sete anos de muitos conflitos e violência. A vida sob lona preta com os barracos montados perto do lixão de Itamira era frágil diante do calor, da chuva e das ameaças constantes dos fazendeiros. Ainda assim, os núcleos de base organizavam a rotina, dividiam tarefas e fortaleciam a união do grupo. A solidariedade e as práticas coletivas mantinham viva a esperança.

“Então... São coisas que marcam a vida da gente, tem coisas horríveis mesmo, ter pessoas que a situação chegou ao extremo, mas para mim foi uma realização de um sonho coletivo, né, que eu fiz parte. Minha família praticamente nasceu toda dentro do acampamento. Cada um fazia como sabia, como podia, como tinha condição, mas, assim, eu era muito zeloso também no fazer a minha barraca. Eu e minha esposa, nós forrávamos o chão todo de lona, e ela sempre passava pano naquilo como se fosse uma casa, com muito zelo. É tanto que, quando nós morávamos no lixão, tinha um proprietário lá pra baixo, que ele passava e a minha menina mais velha – nessa época ela tinha uns quatro anos – apanhou amizade com ele. Ele passava na estrada e ela chamava, ‘ô, seu Bisoio, vem comer mais nós’, e ele chegava lá e comia e à vontade, sim, tinha pessoas na rua que vinha também, o irmão Carlito mesmo, que até hoje nunca esqueceu uma costela com canjiquinha que ele comeu lá em casa. Um dia desse mesmo, ele esteve aqui em casa lembrando, ‘ah que saudades daquela costela!’.” **Claire Malves da Rocha**

Embora a Fazenda Ipiranga já estivesse desapropriada pelo Incra, o reconhecimento legal e a posse definitiva só foram conquistados em 2009, após anos de disputas judiciais e resistência camponesa forte.

“Quando foi a hora de dividir os lotes, nós fomos ameaçados, eles faziam canhão de gasolina, colocavam umas buchas de estopa, acendia fogo e tacava nas barracas. Ó, aquilo ali que eu fiquei com depressão.

Nessa época eu fiquei, porque eles jogaram fogo na barraca com gente dentro, e aí eu ajudava a cuidar. Mas hoje eu sou uma mulher realizada, graças a Deus. Porque, sobre a minha família... porque eu sei que tem estrutura para eles, tem aonde eles plantar, colher, tem aonde eles pegarem uma água, tem segurança. Entendeu? Graças a Deus, tem aconchego. Então isso eu quero não só pra mim, eu quero para todos, né. Enquanto existir um Sem Terra, eu continuo sendo um Sem Terra. Eu vou fazer 66 anos, dia 4 de maio, e eu ainda tiro o meu leite, cuido meus porcos, cuido de neto, e se tiver alguma ocupação, se me convidar, estou junto.” **Dona Anita**

Com a saída definitiva dos antigos proprietários, em novembro de 2009, o assentamento se consolidou. A comunidade pôde dar início à construção de casas, plantações e associações. O Programa Luz para Todos levou energia para o território, e a produção de mandioca, feijão, milho, pimenta e café passou a marcar uma nova paisagem na terra conquistada.

Inovações e tecnologias ancestrais

No assentamento, muitos cultivos seguem o modelo convencional. No entanto o impacto do Projeto de Educação do MST nas escolas de campo e trocas em seminários e acampamentos nacionais se faz visivelmente presente com a implementação de uma unidade agroecológica e o crescente inte-

resse pela produção orgânica. Em algumas roças, a escolha de plantar sem agrotóxicos recupera modos de cultivo mais simples, baseados no manejo direto da terra e na manutenção de práticas de saúde tradicionais com uso de ervas medicinais como forma de cuidado coletivo. O grupo de mulheres, que já manteve uma padaria comunitária e produção de artesanato, também expressa essa capacidade de criar caminhos próprios de trabalho e renda.

“Esse movimento MST tem uma organização tão profunda que os jovens que estudam na escola do MST sai formado, advogado, há professor, há promotor de Justiça, pedagogos, tudo sai formado. Eu estou te falando porque eu tenho experiência aqui dentro do assentamento e fora também. Eu estudei fora e não sabia nem falar as palavras das coisas que eles ensinam aqui. Zootecnia. Eu não sabia o que que era. O conhecimento que nós temos aqui, lá fora não está ensinando, não. Conhecer as origens dos gados, tudo isso eles ensinam aqui. Nós aprendemos, né? Então, lá na cidade eles não se interessam. Eu jamais sabia adubar uma plantação com adubo orgânico. Aqui eu sei, não sei se vocês conhecem aquele matinho por nome urtiga que passa na perna da gente. Aquilo é adubo orgânico. A gente pega um prato daquela urtiga com a luva, né? Claro. E aí bate no liquidificador, coloca ali cinco litros d’água dentro e coloca na bomba e vaporiza nas plantas. Pra não precisar usar adubo químico. Então tudo isso nós aprendemos nas escolas que pertence ao MST.” **Célia**

Sonhos e perspectivas de futuro

Muitos dos sonhos coletivos giram em torno de retomar a força da organização coletiva, fortalecer as associações e recuperar projetos como a padaria comunitária. Há o desejo de ampliar a produção agrícola e buscar formas de comercializar com mais autonomia, sem depender tanto de atravessadores. Para moradores assentados, o futuro está ligado à memória da luta: garantir que a terra conquistada com sacrifício seja preservada como espaço de vida, trabalho e dignidade.

“Eu não sabia qual era o meu futuro... Quando eu vim pras áreas do MST, ele me mostrou que eu tenho um futuro. Então você imagina quanto que é importante você chegar numa organização, ela olhar pra você e falar assim: ‘não, você tem um futuro. Você vai ser um agricultor familiar, você vai ser um camponês, você vai ser livre para ser você e sua família vai ter futuro’. Eu vejo aí esses quarenta anos e digo que o futuro é o MST.” **Danielson**





Nilton Pereira



Nilton Pereira



Nilton Pereira







POLO CENTROESTE - ASSENTAMENTO ROSELI NUNES - MIRASSOL D'OESTE, MT

Cartografia da terra e sua gente

O território do Roseli Nunes nasce nas regiões de transição do cerrado, onde o clima seco molda paisagens de árvores pequenas e resistentes, mas também se avistam aguapés e vitória-régias flutuando em áreas alagadas. A história do assentamento começou em 1997, no acampamento Facão, quando mais de mil pessoas desceram para garantir seu pedaço de chão. Na ocupação, 331 famílias se organizaram numa área de pasto e mata, pertencente a um coronel aposentado que havia grilado parte da fazenda. Quase 28 anos depois, o assentamento segue acolhendo novas gerações de Sem Terra, beirando quatrocentas e poucas famílias.

A luta começou antes da entrada na terra, com o trabalho de base cuidadoso, focado em sensibilizar as pessoas sobre a história do movimento. Militantes e famílias se encontravam em pequenas reuniões onde aos poucos foram se conhecendo, trocando experiências e descobrindo que tinham em comum o desejo de conquistar um pedaço de terra para dar continuidade à cultura herdada dos pais e avós. O grupo então identificou uma fazenda com grandes extensões de terra grilada, que não cumpria a função social prevista na Constituição.

“Engraçado que a gente conheceu o movimento pelas redes de comunicação, que é opressoras, né? Então a gente conheceu olhando que era uns monte de baderneiros que quebravam patrimônio público e fazia isso e aquilo. Então foi um processo longo, né, que veio companheiros de outras regiões fazer formação de base, indo de comunidade em comunidade falando desse movimento, de como apoiavam as pessoas, falando dessas terras que poderiam se transformar em assentamento. Então foi todo um processo de preparação dessas famílias para que pudessem ingressar no acampamento. Porque, principalmente na região na qual a gente morava, já tinham várias iniciativas frustradas pelos camponeses de tentar fazer por conta o assentamento deles, e era recebido com muita crueldade, era na bala, era uma agressão terrível. Então esse trabalho possibilitou essa chegada até aqui.” José Gomes

No dia da ocupação, famílias de diferentes regiões, como Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Pará, se prepararam para a entrada coletiva. O processo de conquista foi gradual, chegaram primeiro no acampamento Facão. Depois mais caminhões de famílias foram chegando, e o grupo se mudou para o Comodata, onde mais de 5 mil pessoas permaneceram acampadas por quase cinco anos em barracas de palha e lona. Nesse período foram criados setores de educação, alimentação, saúde, esporte, formação, juventude, mulheres, higiene e o dos Sem Terinhas, para garantir a resistência e unidade das 1.503 famílias cadastradas.

“Olha, eu cheguei com a cara... é um ditado, né? Com a cara e a coragem. Eu cheguei, assim, numa perspectiva de uma mudança de vida completamente. E, quando eu cheguei, no que eu vi, eu já amei o que eu estava vendo ali, com toda a dificuldade que nós passamos, com todos os desamores que nós tivemos, com todas as tristezas que nós passamos já, mas foi um amor à primeira vista pelas pessoas que estavam ali, pela forma que a gente se cuidava, pelo jeito que nós dormíamos, pelo jeito que nós comandávamos o nosso dia a dia debaixo de um barraco. Então foi um amor à primeira vista.” **Ana Luísa Carvalho Furlan**

Com o passar dos anos, as famílias construíram casas, estradas e uma escola que atende Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Ensino de Extensão, que articula troca de saberes entre a academia e a comunidade. A energia elétrica chegou, a produção agrícola se diversificou, e associações comunitárias foram criadas, como a Associação Regional de Produtores Agroecológicos (Arpa). A vida coletiva, organizada em núcleos, trouxe conquistas importantes, como moradia e infraestrutura.

“Eu participei ativamente da coordenação, principalmente nesse momento de divisória, de dividir os lotes. Então nós discutimos os mínimos detalhes. Um exemplo é a forma de moradia, que seria morar no raio de sol, mas tem um trecho aqui que é um linhão, porque não tinha como fazer. Por quê? Essa forma de pen-

sar a moradia no detalhe é uma forma também de, como no futuro, agora eu vejo na prática, de pensar quando passa o ônibus, quando chega um recurso, a forma de se organizar a vida das pessoas. Porque no linhão, as pessoas iam andar muito, e forma de ciclo de moradia e deixando já a reserva, que são as áreas sociais, favoreceu muito para as pessoas circular, entendeu? Para sair na estrada, para pegar um ônibus, para pegar um ônibus escolar, e a gente vê isso no detalhe antes, pra que o depois seja mais fácil pra vida da comunidade. Então a luta tem um processo, tem uma organização, tem uma forma de organizar, tem uma intencionalidade, e isso é muito importante.” **Maria José de Souza Gomes**

Inovações e tecnologias ancestrais

A agroecologia ganhou espaço no assentamento como prática que fortalece a produção sem veneno e a vida em comunidade. Mais do que uma técnica, é entendida como um modo de viver com dignidade, envolvendo escola, família e relações com a cidade. A criação da associação Arpa, com espaço próprio e diretoria, deu forma a esse esforço, organizando famílias em torno da sustentabilidade e da valorização da terra.

“Além do consumo, a gente planta para as entidades aí, né? A gente é sócio da Arpa, né? Então eu vendo muito bem, e dizer, é agroecológico também. É uma coisa saudável. Sem veneno. A gente entrega para as escolas, né?

Que é o Programa Nacional da Merenda Escolar, eu vendo para o PA, que é o Programa de Aquisição de Alimento, que é um projeto muito bom. Nosso governo atual, o Lula, né? Voltou isso aí porque tinha acabado. E isso aí favorece tanto nós, agricultor – que eles pagam para esse mercado preço bom –, e favorece as pessoas carentes que estão na rua para alimentar. Eles ganham de graça o que eu produzo, o que você produz, o que o outro produz. Então vai de caminhão. Toda quinta-feira vai o caminhão levar banana, um pouco de banana, mamão, mandioca, abóbora, cambotiã, melancia, quiabo, jiló, pepino, maracujá. Agroecologia é tudo. Se as pessoas começarem a conscientizar, tem jeito.” **Versuil**

Sonhos e perspectivas de futuro

O futuro do assentamento é visto como dependente da união e da organização coletiva, para que o projeto de vida no campo siga vivo e digno. E, para as famílias, esse é o compromisso que está acima de tudo, inegociável para garantir o futuro. Um exemplo disso é a luta pelo reconhecimento legal ainda permanecer em aberto. Muitos moradores não regularizaram a titulação formal da terra, pois temem que isso enfraqueça a coletividade, considerada como valor essencial para garantir conquistas ainda necessárias para as famílias do Assentamento Roseli Nunes. Como, por exemplo, uma gestão para a escola do assentamento com educadores que tenham participado das formações do movimento e projeto político-pedagógico alinhado com o MST.

“A escola estadual foi uma conquista muito boa pro assentamento. Mas a gente queria que fosse do mesmo jeito que começou, né? Que seria a pessoa daqui que seria diretor daqui da escola, porque estava na luta, sabia do motivo, agora traz pessoa de outra cultura, né? A gente não quer bater cultura uma contra a outra, mas a gente quer ter o nosso regime sempre a lembrar daquelas coisas da nossa história, né? Se nós vai passando pra outros de fora, aquilo ali acaba, aquela história, aquela coisa, ninguém vai lembrar mais. Era muito bonito, era uma coisa que juntava muita gente, né, Chico? Vinha gente de todos os assentamentos, vinha gente da cidade pra ver os teatros que eles faziam, era muito bonito, aquelas místicas... então aquilo ali reforça, une. E outra que é uma coisa que todo mundo gosta que tinha e era uma coisa sadia foi a Festa do Milho Verde, aquilo ali festava até a noite, todo mundo contente, isso aí não poderia ter acabado. Então a escola aqui funcionou muito nessa parte que o diretor era aqui da nossa região aqui, do nosso assentamento, era muito melhor, porque era uma animação diferente, uma cultura. Agora tá mudado. A educação está boa, tá funcionando, mas nossa história tá acabando.” **Ailton Basílio**









POLO NORDESTE - ASSENTAMENTO 25 DE MAIO - MADALENA, CE

Cartografia da terra e sua gente

O Assentamento 25 de Maio nasceu em 1989, quando 450 famílias ocuparam de madrugada a antiga Fazenda Reunidas São Joaquim, de vocação pecuária. Hoje reúne 586 famílias, cerca de 1.700 pessoas em treze comunidades. São 23 mil hectares que guardam extensões de florestas secas do sertão, onde juazeiros e mandacarus resistem ao sol forte, oferecendo sombra e abrigo.

A ocupação foi resultado de décadas de conflitos fundiários no sertão, impulsionados pela luta pela aplicação do Estatuto da Terra. Nos anos 1970 e 1980, trabalhadores rurais e sindicatos, fortalecidos pela Igreja Católica, passaram a se organizar nos municípios de Quixeramobim, Quixadá, Canindé e Choró Limão, preparando o caminho para a ocupação.

“Eu admirei muito o trabalho do movimento. Eu nasci e me criei na fazenda de um coronel do Exército, onde ninguém tinha liberdade de produzir. Meu pai era escravizado: todo morador trabalhava pra fazenda. Se guardasse um quilo de algodão em casa, no outro dia era expulso como ladrão. Isso me revoltava. A gente sonhava em conquistar a terra para dela a gente tirar o sustento. Foi daí que surgiu o MST, começamos as reuniões, e eu me ramifiquei como militante. Só entrava quem tinha coragem, porque os latifúndios eram armados até os dentes contra qualquer Sem Terra. A gente

trabalhava no silêncio, na Rádio Cuchicho, falando baixinho pra ninguém ver. E foi assim, no silêncio, que conquistamos muito. Era todo mundo se escorando no outro com medo do latifúndio.” Raimundo Rodrigues de Queiroz

Na madrugada de 25 de maio de 1989, às duas horas da manhã, centenas de famílias entraram no território festejando silenciosamente, sem saber exatamente onde iriam ocupar.

“Era muito encoberto, né? E quando foi no dia dessa ocupação aqui, a gente tava vindo sem saber pra onde, em sigilo. Então o dia não era nenhuma ocupação, era uma festa, né? E essa festa transformou-se numa ocupação, né? Naquela época... Pra você ver, ninguém ainda não tinha um celular. Quem tinha um telefonezinho era fixo. Não tinha como a gente se comunicar, né? Pra dizer assim: ‘vai ser amanhã’. Não tinha. E nem podia mandar recado, que era coisa bem coberta com medo dos poderosos descobri e fecha a área com a polícia.” Sr. Pepini

Logo após a entrada, parte das famílias levantou acampamento e outra parte ocupou a sede do Incra, pressionando pela desapropriação.

“Aqui não teve luta armada, né. Nós conquistamos a terra foi cantando e se reunindo. Só que falaram que a polícia já tava lá esperando nós. Então nós não ia com valentia, não, nós ia com mansidão, com educação. Nós preparamos a marcha das crianças na frente com uns ramo verde, as mães dessas crianças mais atrás, e a juventude junto. Nós, os trabalhadores, ia mais

atrás. Só que a gente tarra tudo com uma fome medonha, comendo só pão seco. Aí eu olhei pra Socorro e falei, vamo inventá um canto pra animá, mulhé? pra gente conseguir chegá lá no Incra. Ramo faze um canto da nossa história. Aí eu comecei: ‘A 25 de Maio nós fizemo a caminhada, os irmão tudo unido, passo firme na estrada, cantando satisfeito animando a caminhada. Com Jesus na nossa frente fazendo a Reforma Agrária. Nós queremos é lutar por terra e pão. Nós queremos a nossa liberdade. No nosso acampamento temos organização, tem a equipe de limpeza, equipe de educação. Equipes de segurança que impede os tubarão de entrá no nosso meio pra fazer destruição. Meu Deus do céu, tenha de nós compaixão, dos pobre trabalhador que não tem terra nem pão, vivendo escravizado nas fazenda do patrão, trabalhando a vida toda sem receber um tostão. Para os nosso companheiro acampado vai a nossa saudação, vai um abraço bem forte, vai um aperto de mão, nós já estamos aqui no Incra pra esperar liberdade, pra chegar aí cantando com a vitória na mão!’” Dona Maria Lima

Foram cerca de seis meses em barracas improvisadas antes das primeiras casas de taipa, em meio ao calor intenso e à pouca comida.

“Os bichinho tudo, meu casazinho de menino pequeno dormindo na lona... O sol quente, né? Os pobres suavam... Mas passamos o tempo, né, graças a Deus, uns seis meses a gente foi e comprou as telhas, e nós fomos construindo casinha de taipa.” Gorete de Souza

No entanto, as memórias que prevalecem, acima de tudo, lembram a emoção e a força da solidariedade, construídas na vida comunitária organizada.

“Nas barracas, como era acampeiro, nós tínhamos uma organização muito bonita, viu? Nós tínhamos pessoas que trabalhavam na saúde, nós tínhamos pessoas que trabalhavam na barraca da alimentação, nós tínhamos pessoas que trabalhavam em todo, todo, todo tipo de coisa, pra desenvolver o assentamento. E assim era um por todos e todos por um.” Dona Socorro

Com o tempo, a vida foi se reorganizando: escolas, postos de saúde, produção de milho, feijão, palma, hortaliças, pecuária e apicultura. Hoje quase todas as casas são de alvenaria, e a energia elétrica chega a 99% do território. A água de 91% dos domicílios vem de cisternas de placa, suficientes para todo o período de estiagem, enquanto 9% dependem apenas dos açudes. Ainda assim, uma rede de distribuição mais justa segue como reivindicação, já que quase trezentas famílias sem água encanada recorrem ao uso de animais domésticos para a coleta de água através de sistemas de bombeamento particulares.

Inovações e tecnologias ancestrais

Mesmo diante das dificuldades, a comunidade resiste com saberes transmitidos entre gerações, como a preservação de sementes crioulas. O uso das cisternas, das mandalas e dos quintais produtivos, da palma e do feijão adaptado à caatinga mostra como tradição e inovação se combinam para desenvolver importantes tecnologias de convivência com o semiárido.

“É bom plantar semente do governo para tirar um documento comprovante que vocês são agricultores, para fazer um aposento, pra questão de salário-maternidade. Mas o que vem do governo vareia muito, dependendo de quem tá no poder, né? Por exemplo, eu planto o meu feijão. O do governo tem tempos que vem tarde e vem com veneno. É um feijão de morte, dá sede, não dá quase nada, não é aconselhável. Por isso que eu tenho minhas sementes crioula guardadas. Tenho meu feijão, tenho uma variedade de milho de três tipos, tem um milho branco, milho branco no carocção, amarelo para dar falta ao melhor... Tudo do tempo de meu pai e meu avô.” Antônio Blargui de Souza

A resposta da comunidade reúne técnicas do sertão e manejo cuidadoso do solo, reduzindo agrotóxicos e consolidando a agroecologia como horizonte técnico-pedagógico da luta por permanência no território.

“Hoje a seca não mata mais, nós passamos agora sete anos de seca mesmo, mas não se perdeu animal, não se perdeu pessoas, porque, de 2003 pra cá, as tecnologias de convivência com o semiárido melhoraram demais. Primeiro veio a cisterna de água de chuva, depois, a de segunda água para agricultura e pequenos animais. Depois começaram as plantas forrageiras, como a gliricídia, que tem folhas com 30% de proteína e passa o verão verde sem precisar de água. Tem também a leucena, usada para silagem e feno, que são técnicas de armazenamento de alimento que antes ninguém conhecia. A silagem é feita cortando a matéria verde, colocando num buraco para fermentar que, se bem-feito dura mais de vinte anos. Já ajudam a gente a trabalhar numa linha menos pesada,

braçal e que também dá mais resultado. Hoje já tem muitos apicultores no assentamento, e com isso começamos a plantar árvore pra caramba, né? Quanto mais flores, mais mel. É uma contribuição enorme pro meio ambiente, porque o plantio é para plantas importantíssimas pro bioma da nossa região, como a aroeira, que é uma planta simbólica. A resina dela, coletada pelas abelhas, gera um mel extrafloral que combate o Helicobacter pylori, uma bactéria que causa gastrite. Esse mel cura 100%, comprovado cientificamente.” Jaderson Ninho Mendonça

Sonhos e perspectivas de futuro

Quase todas as treze comunidades do 25 de Maio dependem de atravessadores, que ficam com grande parte do valor da produção. Muitos sonham em aprender com outros assentamentos que criaram agroindústrias para vender direto ao consumidor. Nos encontros, os jovens revelam que seus desejos estão ligados ao fortalecimento da vida no assentamento. Falam em agroindústrias, mas também em ensino técnico, creches, cinema, academia e praças públicas.

“Eu acredito que para construir futuros mais justos no assentamento o caminho é através de projetos, digamos, de uma empresa de trabalho para que colocasse os jovens para trabalhar para poderem ter, ganhar, porque na hora que os jovens crescem, chega a idade de 18 anos aqui na comunidade, eles já procuram sair e para a cidade em busca de arranjar emprego, porque, no assentamento, o trabalho que tem não tem dinheiro pra eles se desenvolverem.” Teresinha









POLO AMAZÔNIA - ASSENTAMENTO VILA DIAMANTE - IGARAPÉ DO MEIO, MA

Cartografia da terra e sua gente

A história do Assentamento Vila Diamante nasce no encontro entre a Amazônia e o Cerrado. Em 30 de junho de 1989, quinhentas famílias ocuparam a antiga Fazenda Diamante Negro. Após três anos de acampamento, 266 foram assentadas, enquanto 202 permaneceram como excedentes nesse território marcado pelos igarapés e extensos babaçuais, que moldam a paisagem e sustentam modos de vida tradicionais.

“Em 1989, um grupo de militantes do Movimento Sem Terra chegou aqui no município de Vitória do Mearim. E, através do trabalho desses companheiros, fizeram uma mobilização no município, visitando as comunidades, ouvindo as lideranças de base da época, fazendo os levantamentos de quem tinha terra, de quem não tinha terra. E descobrimos que nessa região nós tínhamos uma quantidade muito grande de famílias que eram arrendatárias, que pagavam renda para os fazendeiros. Outros eram meeiros, que pagavam a meia, que a gente chama aqui também, esse formato. E muitos companheiros que também não tinham nenhum lugar para botar roça. Então fizemos o trabalho de base e decidimos, então ocupar”
Noé Rodrigues Maciel

Na madrugada de 30 de junho, quinhentas famílias marcharam organizadas para

ocupar os mais de 8.500 hectares de terras improdutivas da fazenda Diamante Negro Jutaí. Montaram o primeiro acampamento do outro lado da ferrovia e, meses depois, ocuparam a sede da fazenda. Os primeiros anos foram de luta intensa, mas também de muita união e fé.

“A gente saiu no dia 29 à noite, amanheceu o dia 30, a gente tava ocupando aqui, montando o acampamento depois da estrada de ferro. Aí a gente passou cinco meses lá. Chegamos junho, passamos julho, agosto, setembro, outubro, quando foi 5 de novembro, a gente ocupou a sede. De lá foi lutar forte. A gente sofreu muitas ameaças, a gente sofreu despejo. Na sede foi muito tiro que voava caco de telha das casa. Mas foi difícil, foi muita pressão que a gente sentia. A gente sentia ameaça todos os dias. Todos os dias a gente dizia, ‘olha, eles hoje vão atacar, hoje vão entrar aqui’, aí a pessoa não dormia, não comia direito, a preocupação era uma só. Mas Deus estava na frente, e os companheiros atrás tudo unido num só sentido, confiava um nos outros. Assim, a gente venceu!”
Francisca Maria da Silva

A pressão se intensificou com marchas e ocupações no Incra, no Palácio do Governo do Estado, em prefeituras e rodovias federais. No entanto, ao longo das décadas, gerações construíram redes de solidariedade, regeneraram práticas produtivas e consolidaram marcos institucionais, como o Centro Padre Josimo (CPJ) e as escolas locais, que

hoje são eixos da organização política e cultural do território que segue em processo de titulação desde 2002.

“A educação na Vila Diamante começou junto com a luta pela terra. Naquele tempo era bem diferente de hoje. Os professores eram voluntários, tem a Velma, Arthur, Toinha, eu também trabalhei voluntário. As aulas eram debaixo das árvores, em bancos, dentro de umbaúba. A gente trabalhava multisseriado, tinha turma da primeira até a quinta série, tudo junto. Então nós, professores, tínhamos que estar trabalhando conteúdos diferenciados para turmas diferentes estudar em uma turma só. Aí foi pra uma das casas da sede numa sala só, os pais naquela época se reuniram, fizeram uma parede de taipa bem no meio da sala para poder dividir e fazer duas turmas, era muito complicado, porque o que o professor falava em uma sala, a outra professora, os meninos, ouviam da outra sala. E aí o assentamento sempre se reunindo em assembleias pra decidir como melhorar. Primeiro foi a Escola Municipal Raimundo Cabral, que hoje é infantil. Depois ocupamos a prefeitura, comendo e dormindo lá mesmo, pra conseguir a Escola Luzia Mendes. E conseguimos. Depois veio a Escola Maria Barros. Hoje a gente tem orgulho da educação daqui. Maior orgulho é ver pessoas formadas em várias áreas: tem agrônomo, tem enfermeiro, tem técnico agrícola, tem educadores. A maioria dos educadores daqui são filhos da Diamante, estudaram aqui e hoje estão trabalhando na escola.” **Antonia Veras da Silva**

Outro pilar da vida no assentamento é a valorização do trabalho feminino.

“A mulher tem um papel fundamental no movimento Sem Terra. A gente tem uma estratégia de valorização, que em todos os grupos, em todas as instâncias, tem que ter a participação da mulher. Nos núcleos dos assentamentos precisa ter coordenador e coordenadora. Em todos os coletivos é 50% mulher e 50% homem. Aqui no Diamante a mulher está em várias áreas: educação, saúde, produção de alimentos. Na produção é onde tem mais força, arroz, mandioca, farinha... E, principalmente, também no trabalho artesanal e no extrativismo do babaçu. Eu mesma cresci vendo minha mãe quebrando coco, um trabalho que sempre foi desvalorizado, a amêndoa valia muito pouco. Mas o babaçu é muito rico. Serve desde alimento até construção. A palha cobre a casa, o talo segura o barro, isso são as casas artesanais que nós chamamos de casa pau a pique. O carvão para o cozimento dos alimentos, as fibras são extraídas para fazer artesanato.” **Vitória Nilde Maciel Amorim**

Inovações e tecnologias ancestrais

A base da vida em Vila Diamante está nos saberes transmitidos entre gerações: o roçado de toco, a quebra do coco-babaçu, o azeite, a casa de farinha, as garrafadas de plantas medicinais e a presença de benzedadeiras que seguem cuidando da comunidade com rezas e ervas. Esses conhecimentos permanecem vivos e se adaptam, dialogando com práticas mais recentes, como a produção mecanizada em parte das roças e o plantio agroecológico. O território mostra que inovar

também é preservar, resgatar e reinventar saberes antigos.

“A gente vem desenvolvendo o plantio do arroz de várzea, que pra mim é uma das práticas agroecológicas mais resistentes e consistentes. É um arroz melhorado de forma natural, sem laboratório, sem nada, e tem dado certo. É fonte de renda, mas, principalmente, de subsistência para os assentados. Funciona assim: faz a semeadura, depois leva a muda pra área alagada, o adubadeiro. Com a lâmina de água controlada, a maré entra, molha o pé do arroz, ele se desenvolve, tudo natural. Na colheita, entre novembro e dezembro, a área tá toda alagada. De uma linha de arroz tu tira oitenta, noventa sacos, um arrozinho puro, praticamente orgânico. Sem falar que você não vai ter que roçar, cortar o mato, tocar fogo.” **Edivan dos Santos Martins**

Sonhos e perspectivas de futuro

Os sonhos de Vila Diamante têm rosto jovem. Muitos desejam cursar faculdade e retornar para fortalecer o território com novos saberes. Outros sonham com projetos culturais e esportivos que mantenham a juventude organizada e presente. O grupo Diamantes da Revolução foi um exemplo dessa energia, promovendo encontros, cursos e ações que até hoje inspiram novas iniciativas. Para a comunidade, o futuro significa permanecer no campo com dignidade, mas também abrir horizontes para que a juventude siga enraizada no campo e conectada a outros jovens de diferentes comunidades.

“A juventude não é o futuro. A juventude é o presente, é o passado e ela é o futuro, e por isso ela precisa permanecer organizada, porque todos os movimentos de todas as lutas de todos os tempos teve a presença massiva da juventude. Não só nas áreas dos assentamentos, mas a juventude da cidade precisa estar organizada para adquirir seus objetivos, para que permaneça construindo novas histórias, criando novas perspectivas de vida, buscando um país e um mundo melhor para as gerações que virão. Porque a juventude precisa dessa coletividade, precisa estar organizada.” **Vitória Nilde Maciel Amorim**









Da luta pela terra à permanência: o MST frente aos desafios da crise ambiental e climática

Para além de honrar os últimos quarenta anos de luta e destacar a importância da agricultura familiar para o povo brasileiro, **Olhares Cruzados pela Terra – MST 40 anos alimentando o Brasil** lança um olhar sobre a saúde do planeta que habitamos, os desafios atuais postos pela crise climática e a resposta agroecológica contra a degradação ambiental. Com o sentido de urgência que nos exige pensar e organizar estrategicamente nossos esforços é que a participação da Resama acontece neste projeto.

O bem viver na cultura camponesa do MST está centrado no respeito pela terra, na solidariedade entre as pessoas e na recusa às relações capitalistas, e se manifesta sobretudo no carinho com que camponeses nomeiam os animais, na forma como dividem os frutos de cada colheita e no respeito aos ciclos da natureza. Ser Sem Terra também é um ideal de justiça, e, enquanto um ideal, não tem começo, meio e fim. “Enquanto houver um Sem Terra, nós seguiremos sendo Sem Terra” é uma das frases mais ouvidas nos assentamentos espalhados em todos os cantos deste Brasil.

Ser Sem Terra compreende um ideal de justiça social que transcende o tempo, o espaço e a matéria para garantir os direitos a todos que ainda aguardam sua terra. Mas a

articulação das memórias e sonhos neste livro nos traz o olhar e a perspectiva das famílias assentadas e um grande aprendizado sobre os principais desafios enfrentados nos territórios, pois a luta não acaba com a conquista da terra, mas se aprofunda na forma como esse solo é permanentemente cultivado e defendido.

Aprendemos que ser Sem Terra não é apenas ser alguém que reivindica um pedaço de chão. Vimos nos textos e relatos deste livro que a relação com a terra é muito mais profunda e complexa. É uma relação nutrida ao longo de gerações pela preservação do modo de vida camponês e do ideal de luta. Nosso levantamento mostra que após todos os anos de luta as ameaças que impactam diretamente a sobrevivência do movimento passam pelas condições que garantem a permanência das famílias assentadas nos territórios conquistados. Ameaças diferentes das vividas nos primeiros quarenta anos de luta.

Através das metodologias participativas e da geração de dados pelos Sem Terrinhas, trouxemos as narrativas baseadas em evidências das vivências das famílias camponesas nos cinco assentamentos. A partir da experiência do MST nos diferentes biomas brasileiros, foi possível aprender a respeito da percepção dos impactos da crise climática sobre a vida em cada território e as formas coletivas de resistência.

O avanço do modo de produção capitalista

pelo agronegócio, com o desmatamento para a pecuária intensiva, a monocultura dependente do uso de sementes geneticamente modificadas e o uso excessivo de agrotóxicos são grandes ameaças à luta pelo direito à terra. A evasão da juventude do campo é um outro fator que mantém companheiras e companheiros temerosos quanto ao futuro de seus territórios.

Os desafios identificados são ao mesmo tempo causas e sintomas do avanço da crise climática no Brasil, que intensifica desigualdades e injustiças, e escancara o racismo ambiental. O impacto no pequeno agricultor que depende da terra para sobreviver é diferente do impacto no grande fazendeiro que possui mais recursos financeiros e institucionais para se adaptar. Durante a realização deste projeto, inclusive, inúmeros assentamentos do MST foram fortemente afetados por eventos extremos.

O ano de 2023 foi marcado por uma seca histórica em toda a bacia do rio Amazonas, causando a maior queda nos níveis dos rios já registrada e deixando os 62 municípios em estado de emergência. Também foi o ano em que a intensificação da temporada de incêndios e queimadas ilegais na Amazônia e no Pantanal, e criou corredores de fumaça em dez estados do Brasil. Em outubro de 2023, quando nossa equipe esteve no Assentamento Vila Diamante, o impacto desses eventos se mostrou devastador na vida das famílias assentadas.

Em maio de 2024, enquanto nossa equipe trabalhava na montagem deste livro, após a visita ao assentamento da antiga Fazenda Annoni, o Rio Grande do Sul foi atingido pelo maior desastre na história da região, que provocou danos em 95% dos municípios, devastou cidades inteiras na Região Metropolitana e no Vale do Taquari, deslocando forçadamente milhares de pessoas de suas casas e isolando comunidades inteiras, além de deixar 185 pessoas mortas e 23 desaparecidas, o que afetou os meios e modos de vida da população e das comunidades atingidas, no campo e nas cidades.

No MST, seis assentamentos foram atingidos, 420 famílias foram afetadas, 290 famílias ficaram desabrigadas (encaminhadas para abrigos e realocadas provisoriamente em outros assentamentos) e 38 famílias conseguiram retornar e reconstruir as áreas devastadas. Além do transtorno relacionado às inundações e alagamentos nas casas, houve perdas consideráveis na produção de alimentos (hortas, cultura leiteira e arroz), prejuízos nas estruturas e equipamentos, além da vida dos animais.

E mais uma vez a organização coletiva fez e segue fazendo toda a diferença. O MST mobilizou ações de resposta com a ativação de cozinhas solidárias, campanhas de solidariedade e mobilização de voluntários para garantir segurança alimentar e acolhimento com dignidade à população afetada durante a emergência. Além disso, o manejo

agroecológico do solo realizado pelo MST foi fundamental para a proteção e manutenção da qualidade da terra, favorecendo a retomada da produção três meses após o desastre. Estamos em 2025, e é importante registrar que os impactos desse desastre seguem sendo sentidos, porque suas consequências atravessam o tempo e as vidas das pessoas.

A manutenção dos modos de vida e do ideal de justiça social das famílias Sem Terra depende da permanência digna na terra, e, para isso, essas famílias carregam a bandeira da justiça ambiental e da justiça climática. Não como um conceito abstrato, mas que reconhece como a crise ambiental amplifica as desigualdades estruturais que o MST vem combatendo nos últimos 41 anos e convoca o Movimento a reforçar suas estratégias de luta para garantir a permanência na terra com dignidade e justiça nos próximos quarenta anos.

Falar de justiça ambiental e climática é, portanto, falar sobre a manutenção da vida e sobre a urgência de redesenhar o futuro. É sobre coletividade, solidariedade e organização como base para atravessar a crise e construir soluções. Para isso, a Resama teve como objetivo neste projeto trabalhar as percepções em primeira pessoa, registrando as vozes, os desafios e as estratégias presentes nos territórios campestres – que estão na linha de frente – nos diferentes biomas brasileiros.

Nos cinco assentamentos visitados – e em muitos outros espalhados pelo país –, a permanência na terra está, sim, ameaçada. Mas não só. Com as inovações e tecnologias ancestrais de cada território, os assentamentos emergem como espaços de resistência criativa. Neles, comunidades se unem em uma luta constante para a transformação da sociedade. Tendo a agroecologia como horizonte técnico e pedagógico, trabalham juntas para enfrentar os efeitos da emergência ambiental e climática no presente e, ao mesmo tempo, se preparam para os desafios que o futuro trará às próximas gerações.

O Olhares Cruzados pela Terra – MST 40 anos alimentando o Brasil buscou, além de evidenciar o valor material e imaterial das inovações sociais e agroecológicas praticadas nos assentamentos do MST, reafirmar a urgência de uma Reforma Agrária Popular, enraizada no cuidado com a vida comunitária e na busca pela soberania alimentar para todos – como caminho para fortalecer o projeto de justiça socioambiental e climática no Brasil e romper com o projeto de colonização de futuros daqueles que lucram com manutenção das desigualdades e injustiças no nosso planeta.

***Resama – Rede Sul Americana
para Migrações Ambientais***



MUTIRÃO DE PLANTIO DE ÁRVORES NO PARANÁ

Arquivo MST • Tharles França

Saídas populares para a crise ambiental: concepção e perspectivas da Reforma Agrária Popular

Ao tratarmos de questão ambiental, estamos afirmando que existe um problema em torno da relação entre sociedade e natureza no atual estágio da humanidade e do modo de produção dominante, vividas de formas mais intensas pelos povos ao redor do mundo, sendo uma das expressões mais evidentes as mudanças climáticas. Ondas de calor extremo, chuvas torrenciais e enchentes, incêndios florestais de proporções assustadoras, secas prolongadas, desertificação dos ecossistemas e geada são algumas situações concretas mais visíveis decorrentes disso que chamaremos de crise ambiental.

Ao longo da história, há diversos marcos que pontuam parte dessa crise, entretanto, o aceleração e pulverização deste debate ganham destaque a partir da década de 1990, à medida que os setores da governança global, representados pela Organização das Nações Unidas (ONU), pressionados pela comunidade científica ocidental, em especial, passam a posicionar o tema do clima no âmbito internacional, diante dos relatórios produzidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em torno das variações dos indicadores do clima, sem olhar para outros aspectos ecológicos igualmente importantes. Por um lado, temos o mecanismo de relação entre Estados-nação mais

importante do mundo posicionando a pauta do meio ambiente, por outro, se encontram os limites e as disputas de concepção desse espaço, uma vez que a questão ambiental não está desvinculada da geopolítica, da economia e da própria luta de classes. Logo, há diversas interpretações dessa crise, que por sua vez, produzem as mais variadas propostas de solução para ela, ou os possíveis caminhos para sua mitigação. Estudar e discutir esse tema é fundamental para as organizações populares, pois ele está em disputa dentro da sociedade e se insere na quadra estrutural da luta de classes na atualidade.

Nessa trilha, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros movimentos populares vêm aprofundando o estudo, o trabalho e a reflexão em torno da elaboração de uma perspectiva popular para a questão ambiental, que dê conta de compreender o movimento da realidade e suas contradições, para apontar bons caminhos nessa batalha de enfrentar as raízes desta crise que assola milhões de trabalhadoras e trabalhadores em todo o globo.

Para isso, não basta entender apenas a crise ambiental por si, é necessário compreender a origem do problema e a dinâmica que o produz, localizada no sistema capitalista enquanto modo de produção, reestrutura a relação sociedade-natureza. As bases teóricas para essa leitura estão na práxis das organizações populares e no materialismo histórico-dialético, fundamental para construir

uma análise da questão ambiental atual, e como ela se vincula à luta pelo projeto histórico da classe trabalhadora e pela Reforma Agrária Popular no Brasil.

**Capitalismo e destruição ambiental:
a ruptura metabólica**

As conferências internacionais sobre o clima, universidades, chefes de estados e a comunidade científica alinhada aos interesses das classes dominantes são categóricos ao afirmar que a crise climática é resultado da ação humana, portanto, somos todos responsáveis por um consumo sustentável. Mais do que uma generalização, é conveniente ao discurso hegemônico ocultar o processo histórico de destruição ambiental que tem suas bases na reorganização dos modos de produção para uma lógica não mais centrada em atender necessidades, mas sim os lucros.

O capitalismo tem como único objetivo a produção e reprodução de capital, que é um tipo particular de riqueza, útil apenas se aplicada e reaplicada na produção novamente para se multiplicar e aumentar. O capital só é capital se está se multiplicando, e este só pode se multiplicar se for aplicado no processo produtivo para explorar o trabalho humano, para transformar a natureza e produzir mercadoria, que por sua vez tem de ser vendida, e o lucro obtido na sua venda aplicado novamente na produção.

Para a reprodução desta lógica de acu-

mulação infinita, são necessários a força de trabalho humana e os bens comuns da natureza, que, por sua vez, não são infinitos, tampouco ilimitados. Nesta sociedade da mercadoria, a irracionalidade gananciosa só serve para viabilizar a acumulação de capital.

Para tanto, a organização da produção e reprodução da vida passou por um processo de separação entre ser humano e natureza, e em sociedades anteriores isso estava intrinsicamente ligado à terra, para se submeter ao ritmo da indústria, transformando os camponeses em operários, e a agricultura em uma forma de extração de matérias-primas para as indústrias na cidade.

No século XIX, Marx observa que a agricultura intensiva praticada na Inglaterra levou o solo agrícola ao esgotamento. Ao invés de repensar as bases dessa agricultura, a solução imposta por esse modelo seria expandir para outras áreas ainda não exploradas sob os métodos e o ritmo industrial, e/ou fertilizar de forma artificial o solo.

Por outro lado, notava-se nas cidades um alto nível de poluição do ar, rios e mares, contaminados por detritos das indústrias, bem como surtos de epidemias devido à falta de condições adequadas de saneamento e moradia para a massa de camponeses expropriados da terra e transformados em operários, além de redução brutal das florestas para abastecer a construção civil e os fornos das caldeiras das fábricas, com impacto na biodiversidade necessária ao equilíbrio do ecossistema.

Na atualidade, hegemoniza-se o capital financeiro, responsável por acelerar mais ainda esse processo de destruição a partir da especulação, com imposição da expansão das fronteiras de exploração, e assim constituir ciclos infindáveis de juros e dividendos. Desta forma fomenta-se o consumo de quantidades absurdas de natureza externa para criar mercadorias desnecessárias à sobrevivência e ao bem-estar da sociedade. Ao contrário, servem apenas para organização de cadeias globais de circulação de mercadoria, alta elevação do consumo de energia e aumento da poluição no planeta, para manutenção da dominação dos países do hemisfério norte sobre o sul global.

Embora nunca na história da humanidade a produção fora feita de forma tão coletivizada como na era capitalista, os resultados dessa produção coletiva nunca estiveram tão concentrados como hoje, com crise de superprodução no mesmo compasso de crise social que produz uma massa de miseráveis. Dessa crise maior, estrutural do próprio sistema capitalista, é que deriva o que denominamos de crise ambiental.

**Na mira do agronegócio: expansão,
destruição e contradições**

No Brasil, o agronegócio é o principal responsável pela destruição dos nossos



VIVEIRO DE MUDAS NO ESPÍRITO SANTO

Arquivo MST



PLANTIO DE PALMEIRA JUÇARA NO PARANÁ

Arquivo MST

biomas, uma vez que o setor concentra a maioria absoluta das terras agricultáveis do país e, segundo o Map Biomas em 2023, 97% do desmatamento no Brasil está ligado à agropecuária e mudanças no uso do solo. Atualmente o agronegócio está fundido ao capital especulativo e financeiro e às transnacionais da cadeia de produtos agrícolas para a produção de commodities, mercadorias agrícolas que serão comercializadas no mercado internacional.

Visto que o capital financeiro é especulativo, o agronegócio hipoteca safras futuras para financiar a produção e busca expandir a produção de monoculturas para novas áreas, ao mesmo tempo que intensifica a produção nas áreas já cultivadas. Esse processo gera, por um lado, o avanço ininterrupto da destruição dos biomas, com impactos no clima, dinâmica das chuvas, fluxo das águas, biodiversidade, e, por conseguinte na vida das pessoas. Por outro lado, afeta a saúde das populações do campo e da cidade, ao contaminar a água, o ar e os alimentos com agrotóxicos.

Todas essas consequências do modelo do capital no campo são manipuladas ideologicamente, através do bombardeio de propaganda nos diversos aparelhos privados de hegemonia, com sua síntese mais recente sendo o “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”.

Apesar desse esforço, as contradições com o tema ambiental são inevitáveis. O caso mais recente se deu através do PL da devastação (2025), votado e aprovado pelo

Congresso Nacional para atender aos interesses do agronegócio e da mineração ao colocar na mira toda a legislação ambiental, com o objetivo de flexibilizá-la e desmontá-la. Ou seja, além do capital financeiro e da grande mídia, o Estado brasileiro também cumpre um papel importante para legitimação e hegemonia do agronegócio na agricultura brasileira, inclusive aliando-se por diversas vezes com o latifúndio atrasado e improdutivo.

Para o MST a questão ambiental no país está umbilicalmente vinculada à questão agrária. O papel dos povos do campo no uso coletivo e na defesa dos bens comuns da natureza foi fundamental ao longo da própria história, e continua extremamente necessário no enfrentamento à crise ambiental, e na construção de saídas populares.

As conferências das partes e outros fóruns de decisão entre empresas e Estados apontam saídas a partir de grandes acordos, financeirização e ampliação de mercados – como verdadeiros balcões de negócios protagonizados pelo mercado de carbono, energias limpas, hidrogênio verde, agricultura inteligente, soluções baseadas na natureza. Enquanto isso, os movimentos populares do campo afirmam que sem a demarcação de terras indígenas, territórios quilombolas e uma ampla reforma agrária de caráter popular e uma reforma urbana não há como enfrentar os problemas ambientais no Brasil.

Mesmo o agronegócio brasileiro busca surfar na onda da maquiagem verde ao pres-

sionar para a entrada da soja no crédito de carbono, porém este modelo se apresenta como insustentável do ponto de vista da vida no planeta.

Para conter a destruição dos biomas no Brasil é necessária uma ruptura com a forma capitalista na agricultura, bem como fortalecer a agroecologia como a matriz de produção de alimentos. Nisto, é imprescindível o papel dos povos do campo, das águas e das florestas, na organização de novas diretrizes na produção de alimentos para abastecer a nação e, ao mesmo tempo, cuidar dos bens comuns da natureza.

Uma cultura ecológica para enfrentar a crise ambiental

Ao longo dos seus 41 anos de existência, o MST vem amadurecendo a forma como compreende, enquanto sujeito coletivo, a questão ambiental. Esse amadurecimento se deu, e ainda se dá, a partir da análise constante e permanente da realidade, e está imbuído das lições e aprendizados acumulados historicamente.

Os esforços organizativos se deram, e ainda se dão, no enfrentamento ao capital no campo, antagonista do movimento no chão da luta pela terra, por Reforma Agrária Popular e pela construção do socialismo. Na medida em que o MST avançou em suas conquistas e elaborou propostas de organização de outras formas de viver e produzir no campo, distintas ao modelo do capital, o

elemento da relação entre o ser humano e a natureza ressurgiu e se qualifica.

Ainda nos anos de 1990, o MST se dedicou a organizar uma conferência popular para debater a sustentabilidade, que buscava apresentar propostas populares em contraponto às discussões que se davam no âmbito da conferência Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Neste período o Movimento começa a debater a agricultura alternativa e a dedicar tempo para o estudo e a construção de experiências para romper com o modelo tecnológico do capital no campo, de onde só resulta destruição ambiental, envenenamento e pobreza. Entretanto, é somente nos anos 2000, nos marcos do III Congresso Nacional do MST, que a agroecologia se referenda como linha política que nortearia a atuação do Movimento no período subsequente.

Neste sendeiro o MST trilha os debates em torno da questão ambiental, vinculando-a à questão agrária, pois já se compreendia o papel da agricultura capitalista na destruição dos biomas e das pessoas, e o contraponto a essa destruição seria a agricultura camponesa, a Reforma Agrária Popular e a demarcação das terras dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Seguindo a cultura política de ação-reflexão-ação, dá-se início à construção de diversas escolas, cursos, experiências produtivas com foco em agroecologia, cria-se a cooperativa de produção de sementes criou-

las, elaboram-se projetos de assentamentos sustentáveis, e se avança na produção de alimentos livres de veneno em todo o Brasil, sempre com a perspectiva de ruptura com a forma capitalista de se relacionar com a natureza através da agricultura.

Em 2020, após o crime ambiental da companhia mineradora Vale em Brumadinho e Mariana, que impactou diretamente as áreas da reforma agrária, ou seja, num contexto de aprofundamento das contradições da crise ambiental, o MST lança o Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”, um chamado para a necessidade de massificar ações concretas para o plantio de árvores e alimentos na base social do movimento e no conjunto da sociedade.

Este plano tem como meta síntese o plantio de 100 milhões de árvores até o fim da presente década, e, muito além disso, tem como objetivo provocar o debate e chamar a atenção da sociedade brasileira para a necessidade de construção de ações de massa em torno do enfrentamento à crise ambiental. Para além do plantio em si, o plano busca denunciar os verdadeiros culpados pela crise ambiental, e ao mesmo tempo desmascarar as falsas soluções apresentadas por eles nos distintos espaços da sociedade civil e da política.

Todavia, visa mostrar, através do exemplo concreto do plantio de 100 milhões de árvores, que só as ações populares e de massas tem as condições necessárias para fazer frente à crise climática e criar as soluções

para ela. Para tanto, há o desafio de envolver amplos setores da sociedade, através de mutirões de plantio com escolas, universidades, torcidas organizadas, escolas de samba, igrejas, comunidades de bairros, acampamentos e assentamentos, e qualquer grupo de pessoas que desejar construir caminhos populares para enfrentar a crise ambiental.

Neste quinto ano de existência, o Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis” alcançou um total de 40 milhões de árvores plantadas em todo Brasil, envolvendo inúmeros sujeitos e sujeitas neste processo, e caminhando firme rumo à construção de uma cultura ecológica nas bases do MST.

Não se trata de “inventar a roda”, ao contrário, a ideia é fortalecer a perspectiva agroecológica de enfrentamento à crise ambiental, afirmando e provando que é possível plantar árvores e produzir comida saudável.



PLANTIO DE MUDAS NO CEARÁ

Arquivo MST

Contudo o ato de plantar árvores é simbólico, pois sensibiliza e mobiliza a luta pelo presente, pelos direitos dos povos e pela vida, e, ao mesmo tempo, reforça a batalha por um futuro sadio para a humanidade, pois quem planta uma árvore planta frutos e sombra para seus filhos e netos.

E para seguir no campo das ações concretas, mas também na disputa de projeto de país, em 2025 foi relançada uma atualização do programa de Reforma Agrária Popular, que consiste na elaboração de um projeto popular de organização do campo brasileiro, fruto de 41 anos de lutas e conquistas das milhares de famílias Sem Terra de todo Brasil. Nesta elaboração, o cuidado com os bens comuns da natureza, o plantio de árvores e a agroecologia estão na centralidade da elaboração das propostas.

Tendo a clareza de que a Reforma Agrária Popular somente será concretizada se estiver fortalecida enquanto parte de um projeto popular de país, o MST busca disseminar na sociedade a compreensão que a Reforma Agrária Popular é parte indispensável para o enfrentamento da crise ambiental que vivenciamos hoje, e é imprescindível para restabelecer a conexão entre o ser humano e a natureza.

Com a mesma coragem e ousadia daquelas famílias de camponeses Sem Terra que enfrentaram a ditadura militar rompendo o silêncio com o grito pela terra, seguimos ousando sonhar que é possível construir um mundo melhor. Sonhamos, contudo, com os pés fincados no

chão, plantando árvores diariamente, cuidando de córregos e nascentes e teimando em resistir.

O MST segue afirmando que as soluções apresentadas nos grandes eventos e convenções só favorecem os capitalistas, que são os responsáveis pela crise ambiental e, ao mesmo tempo, são quem menos sofre com seus impactos. Afirmamos também que o enfrentamento dessa crise somente será possível com ações conscientes e de massas, atacando a raiz do problema que está na forma de produzir e se apropriar da riqueza no mundo. O modelo capitalista só gera desperdício, destruição e miséria.

Reiteramos que os povos do campo, das águas e das florestas já protegem a natureza há milênios, e esse conhecimento tem muito aporte a dar para o verdadeiro enfrentamento à crise ambiental. A questão ambiental é uma questão de classe e de projeto e não de financiamento, portanto devemos fazer dela a bandeira de luta por direitos, autonomia, solidariedade e esperança.

E por fim afirmamos que seguiremos na construção cotidiana de um mundo e de um país onde a vida e não o lucro, seja a prioridade.

Como síntese de nossas tarefas cotidianas apontamos: “ocupar o latifúndio, partilhar o pão, cuidar da natureza e fazer a revolução”.

Camilo Augusto Ramalho Santana e Renata Menezes da Silva, com contribuições do Coletivo do Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis



BRIGADA AMBIENTAL DA JUVENTUDE – DIA DA PALESTINA – CENTRO AGROECOLÓGICO PAULO KAGEYAMA, JARINU (SP)

Arquivo MST



AGRADECIMENTOS

Dedicamos este livro aos companheiros e companheiras do Movimento que perderam a vida na luta pela terra.

Os **Olhares Cruzados Pela Terra – MST 40 anos alimentando o Brasil**, se tornou realidade graças ao empenho e a parceria de pessoas que acreditam que a transformação social é possível, que a terra é um direito de todos, e que a nossa função principal como seres humanos é defender a natureza.

Muito obrigada à nossa equipe, parceira de uma longa caminhada, que com dedicação e talento contribuiu voluntariamente com esse projeto.

Nosso agradecimento aos companheiros e companheiras do MST, Movimento pelo qual temos imensa admiração e respeito, em especial a João Pedro Stedile, Rosmeri Witcel, Valter Leite e Bárbara Loureiro, da coordenação Nacional do MST.

Somos imensamente gratos às lideranças, educadores, educandos, trabalhadores e amigos que fizemos em todos os assentamentos onde fomos carinhosamente recebidos. Pessoas inspiradoras, pela sua luta, coragem, resiliência e generosidade.

Nosso carinho especial aos educandos que participaram das oficinas e das pesquisas, jovens assentados que carregam na alma a semente do futuro.

Expressamos nossa gratidão a todas instituições que apoiaram o projeto, entre outras, a **Fundação Rosa Luxemburgo** e **Iara Lee – Cultures Of Resistance** e a todas as pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho de campo.

E, para finalizar, um sincero muito obrigada a todas as pessoas retratadas neste livro, mesmo àquelas que não estão aqui nominalmente citadas, pois sem as suas contribuições não seria possível que esse projeto acontecesse:

Aline Scatola; Clademir Maximino Piazzon, Enio Borges dos Santos, Gilmar Três, Isaías Vedovatto, Lúcia Catarina Vedovatto, educandos da Escola 25 de outubro e aos alunos da faculdade de Agronomia do Instituto Educar do assentamento 16 de Março – antiga fazenda Annoni, e Tainan Aschi da COOPAN em Nova Santa Rita no Rio Grande do Sul; Adnilson da Silva, Agnaldo, Elias da Hora Gomes, Eric José, Estela da Cruz Batista, Gabriely Santos, Hagata dos Santos Gomes, Lorena Gonçalves da Rocha, Isac Santos de Jesus, Joilson Jesus Santos, Margarete Esperandeu Santos, Maria das Graças Rodrigues de Souza, Maria Helena, Nicolas Silva Santos, Rhyam Santos Macedo, Sophia de Oliveira Azevedo, Stela Oliveira Azevedo, Thalyta Almeida de Souza, Valentina e Valdeci Venâncio do assentamento Octaviano Rodrigues de Carvalho no Espírito Santo; Sr. Basílio Veríssimo do Nascimento, Claudio do Nascimento da Silva, Davi da Costa, Dayane Pereira Paz e sua filha Júlia Ayla Nascimento Paz e Sirley da Costa do assentamento Roseli Nunes no Mato Grosso; Antônio Farias Feijão, Débora Paz Pereira, Jaderson Lima Mendonça, Maria Nilza Gomes Martins, Maria Paz Pereira (Maria Lima), Mauro Eugênio Alves de Sousa e Sr. Pepini do assentamento 25 de Maio no Ceará; Antonia Veras da Silva, Damião de Jesus Souza de Araújo, Dilvelina Lopes Ferreira, Ednalva da Silva, Francisca do Rosário Sousa, Joaquim Pereira de Freitas Neto, José Francisco Souza de Araújo, José Machado, Julia Vitória Mendes da Silva, Manoel Gaspar Silva, Maria Francisca da Silva Machado, Martha Emanuely Ramos Pereira, Raimundo Renato Silva Fernandes e Vitória Nilde Maciel Amorim do assentamento Vila Diamante no Maranhão.

POLO DE EDUCAÇÃO SUL – Assentamento 16 de Março, Antiga Fazenda Annoni, Pontão – RS

Equipe do projeto: Dirce Carrion, Clarisse Simone Teles, Elaine Jovita Busch, Gabriela Brasília, Munir Lauer, Nilton Pereira, Ricardo Teles, Vitória Vivian Barros da Silva

Setor de Educação do MST/RS: Clarisse Simone Teles

Educadoras e Educadores da Escola Estadual 29 de Outubro, lideranças e militantes, em especial: Adriana Piovesan, Elaine Jovita Busch, Francielli de Oliveira, Gizeli Bervig, Janete Bratz, Munir Lauer, Pamela Banaletti, Rosângela Aparecida Pinheiro, Valtenir Caxambu e lideranças: Darci Maschio, Isaías Vedovatto, Irene Lill, Lúcia Catarina Vedovatto, Mário Lill, Salete Campigotto, Jacir João Chies, Evanir Loehder

Educandos da Escola Estadual 29 de Outubro: Alana Marcon Mendes, Alecsandro Vencesloske Campos, Andrieli Vitória Pansera, Cecília Sestari Chaves, Daniely Florêncio Pisol, Eduardo Edemar Banaletti, Gabriel Chaves de Castro, Graziela Jaqueline Martins Polippo, Hyago da Rosa Ferreira, Juan Murilo Luz Schaefer, Laura Elisa de Araujo Sampaio, Luis Otavio Pelinson Cavalheiro, Luiz Antonio Signor Katzer, Luiza Brito Santa Catarina, Nicolly Aparecida Celso Florêncio, Nycolle Petri, Rafaela Quadri de Oliveira, Rodrigo de Batista de Souza, Rubia Valentina Veloso Marcon, Tâniris Mônica Cunes, Thiago de Souza Scwingel Fagundes, Valentina Machado Ribeiro, Valéria Cruz dos Santos, Vinicius de Fragas Marangoni, William Borth Martins, Yuri da Rosa Ferreira

Entrevistados: Aiana Reis Ferreira, Luiz Pilatti, Jane Pilatti, Olinir Antônio Pagotto, Jair Basso, Jussara Ham-mel Reolon

Apoiadores: Cooptar – Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata, Cooperlat – Cooperativa Agropecuária e Laticínios Pontão, Instituto Educar

Sobre a ocupação da antiga fazenda Annoni em 29 de outubro de 1985 não podemos deixar de mencionar a contribuição do padre Arnildo Fritzen, e dos companheiros do CAMP Selvino Heck, Rogério Sottili, David Stival e Cirlei Ioris

POLO DE EDUCAÇÃO SUDESTE – Assentamento Octaviano Rodrigues de Carvalho, Ponto Belo – ES

Equipe do projeto: Dirce Carrion, Nilton Pereira, Lisa Bacarin, Ivanete Cardoso, Ricardo Teles

Setor de Educação do MST/ES: Ivanete Cardoso, Murilo de Jesus Nunes

Educadoras e Educadores da EEEF Octaviano Rodrigues de Carvalho, lideranças e militantes, em especial: Adnilson da Silva, Agnaldo Macedo da Silva, Anizia da Silva Detino, Guiomar Martins Gonçalves da Rocha, Ivanete Cardoso, Leila de Souza Neves, Lucineide Rodrigues da Silva Aksacki, Maria Goreti Lima, Maria das Graças Rodrigues de Souza, Milton Rodrigues dos Santos, diretor Pedro Victor Bomfim Silva, Wanderson Francisco Alves

Educandos da EEEF Octaviano Rodrigues de Carvalho: Elias da Hora Mendes, Emanoele Braz Costa, Estela da Cruz Batista, Gabrielly Santos, Hagatha dos Santos Gomes, Isac Santos de Jesus, João Pedro Alves Francisco, Julimario da Cruz Prates Junior, Lorena Gonçalves da Rocha, Lucas Daniel Pereira Domingos, Maria Klara Alves Francisco, Raul Pedro Braz Costa, Ryan Santos Macedo, Samya da Silva Santos, Sophia Gabriela Resende Lima, Stella Oliveira de Azevedo, Thallyta Almeida de Souza, Tiago Silva Prates

Entrevistados: Adnilson da Silva, Anita Rodrigues Lima, Agnaldo Macedo da Silva, Anizia da Silva Detino, Célia Maria de Jesus, Jamira José dos Santos, Joilson Jesus Santos, Maria das Graças Rodrigues de Souza, Maria Goreti Lima, Margareth Esperendeus Santos, Wanderson Francisco Alves

Apoiadores: Prefeitura municipal de Ponto Belo, Secretaria de Educação do Município de Ponto Belo, PARA – Associação de pequenos produtores forte da rodoviária, EEEF Escola Octaviano Rodrigues de Carvalho, grupo de Mulheres Unidas do Assentamento Octaviano

POLO DE EDUCAÇÃO CENTRO-OESTE – Assentamento Roseli Nunes, Mirassol d'Oeste – MT

Equipe do projeto: Ana Luiza Carvalho Furlan, Dirce Carrion, José Gomes, Nilton Pereira, Ricardo Teles

Setor de Educação do MST/MT: Devanir Oliveira de Araújo, Idalice Rodrigues Nunes

Educadoras e Educadores da Escola Estadual Madre Cristina, lideranças e militantes, em especial: Ailton Basílio da Costa, Ana Luiza Carvalho Furlan, Irene Aparecida, José Gomes, Luiz Antônio Marques Silva, diretor Lucas André Simone Correia da Silva, Marlene Aparecida da Silva de Jesus; Lideranças: Antonio Leite Ribeiro, Devanir Oliveira de Araújo, Dionice Gonçalves Ribeiro, Idalice Rodrigues Nunes, Jenair da Silva Prates, Luiz Antônio Marques Silva, Maria José de Souza Gomes,

Maria Aparecida Pereira de Carvalho, Maria Alves Pereira, Miraci Pereira Silva, Nerio Gomes de Souza

Educandos da Escola Estadual Madre Cristina: Ana Clara Miranda de Moraes, Ana Clara Silva Leite, Anderson Alcântara da Silva, Devid Gonçalves Pires Ramos, Geovanna Aparecida Magri de Lima, Iara Miranda Lopes, João Vitor de Souza de Jesus, João Vitor de Souza de Jesus, José Eduardo Xavier Borges, Leonardo Massary Silva, Letícia Martins dos Santos, Maelle Rodrigues Venades, Mateus Oliveira dos Santos, Mireli Vitória Batista Alves, Nicole Nobre de Moraes, Vitória Aparecida dos Reis Francisco, Wallison Domingos de Souza, Yasmim Campos Neves

Entrevistados: Antônio Leite Ribeiro, Ailton Basílio da Costa, Dalvino da Costa Forão, Dionice Gonçalves Ribeiro, Francisco de Assis dos Santos, Hilda, Jenair da Silva Prates, João Leite, João Lino Silva, João da Rocha, Luiz Antônio Marques Silva, Maria José de Souza Gomes, Maria Aparecida Pereira de Carvalho, Nerio Gomes de Souza

Parceiros: FASE Mato Grosso, Centro de Tecnologia Alternativa, Arpep

POLO DE EDUCAÇÃO NORDESTE – Assentamento 25 de Maio, Madalena – CE

Equipe do projeto: Ariana Monteiro, Dirce Carrion, Nilton Pereira, Ricardo Teles

Setor de Educação do MST/CE: Maria de Jesus Gomes dos Santos, Sandra Maria Vitor Alves

Educadoras e Educadores da Escola João Sem Terra, lideranças e militantes, em especial: Aglaia Cirino, Antônia Marcia, Erandir Santos de Almeida, Kauã Ferreira Oliveira, Maria Cirino Severo, Marcus Israel Viana Cardoso, Maria de Jesus, Sandra Maria Vitor Alves

Educandos da Escola João Sem Terra: Ana Rute Cavalcante da Silva, Antônia Geisa Oliveira dos Reis, Camila Paulino de Lima, Felipe Alves de Sousa, Francisco Flávio da Cruz Fernandes, Juliana de Aquino Lima, Karla Patrícia Oliveira dos Santos, Luan de Andrade Pereira, Maria Elizângela da Silva Cruz, Maria Valéria da Silva de Castro, Mikkeias Vitor Ferreira, Regila Cristiana Rodrigues dos Santos, Sergiane Vieira Paulo, Vilmaria Cunha Xavier

Entrevistados: Antônio Braga de Sousa, Antônio Doca, Antônio Jorge, Antônio Nunes de Sousa, Edgar de Deus da Silva, Gorete, Jaderson Lima Mendonça, José Maurício

Marques de Sousa, Maria de Jesus, Maria Neres Alves de Sousa, Maria Paz Pereira (Maria Lima), Maria do Socorro da Silva Queiroz, Mario, Sr. Pepini, Raimundo Rodrigues de Queiroz, Rege Carlos Monteiro de Sousa, Teresinha

Apoiadores: Conselho do Assentamento 25 de Maio, EEIF Educadora Elionia Campos, Escola de Ensino Médio do Campo e Profissional João dos Santos de Oliveira

POLO DE EDUCAÇÃO AMAZÔNIA – Assentamento Vila Diamante, Igarapé do Meio – MA

Equipe do projeto: Antonia Veras da Silva, Dirce Carrion, Nilton Pereira, Ricardo Teles, Vitória Nilde Maciel Amorim

Setor de Educação do MST/MA: Maria Leda Ribeiro Silva Almeida, Vitória Nilde Maciel Amorim

Educadoras e educadores da Escola Municipal Luzia Mendes de Sousa, lideranças e militantes, em especial: Antonia Veras da Silva, Ednalva da Silva, Francisca do Rosário Sousa, Maria Leda Ribeiro Silva Almeida, Marcos Adriano Teixeira Santos, Maria de Jesus, Noé Rodrigues Maciel, Vitória Nilde Maciel Amorim

Educandos da Escola Municipal Luzia Mendes de Sousa: Alan de Souza Neves, Alex de Souza Neves, Anthony Rafael Silva dos Santos, Aquiles do Almeida Damas, Davi Araujo Nunes, Emilly Lorany Sirqueira de Sousa, Ivo Silva de Souza, Jhennyfer Nathália Cirqueira da Silva, João Roberto Ciqueira Mendes, Julia Vitória Mendes da Silva, Karen Graziela Almeida Silva, Lívia Maria Reis Silva, Marcelo Nascimento Lisboa Souza, Maria Gabrielly dos Santos Araujo, Mayco Van Reus Felex da Silva, Mayra Teixeira Mendes, Pedro Lisboa da Silva, Raimundo Renato Silva Fernandes, Thaeme, Vitória da Silva Mendes, Vitor Emanuel Amorim Reis

Entrevistados: Ana Nilce Gaspar Silva, Antonia Veras da Silva, Cosme de Jesus Souza de Araújo, Damião de Jesus Souza de Araújo, Francisca Maria da Silva, Edivan dos Santos Martins, Ednalva da Silva, Erisvaldo da Silva, João Rodrigues de Souza (Joca do Bumba Meu Boi), Lourenço Humbelino Brandão Chaves, Manoel Benedito Rodrigues (Manoel de Conrado), Manoel Benedito Rodrigues, Manoel Fernandes, Manoel Gaspar Silva, Maria Veloso de Souza (D. Marion), Neilma Serra Vieira Mendes, Noé Rodrigues Maciel, Raimundo Nonato da Silva Fernandes, Vitória Nilde Maciel Amorim

COORDENAÇÃO GERAL: Dirce Carrion, Rosmeri Witcel

DIREÇÃO DE ARTE: Ana Basaglia

FOTOGRAFIAS: Ricardo Teles
Contribuição: Nilton Pereira e Arquivo MST

EDIÇÃO DE FOTOGRAFIA: Dirce Carrion

SELEÇÃO DE FOTOS HISTÓRICAS: Lucimeire Barreto Rocha

PRODUÇÃO: Vitória Vivian de Barros da Silva

TEXTOS: João Pedro Stedile, Rosmeri Witcel, Valter de Jesus Leite, Dirce Carrion, Nilton Pereira, Ricardo Teles, Ariana Monteiro, Erika Pires Ramos, Bruno de Andrea Roma, Camilo Augusto Ramalho Santana e Renata Menezes da Silva, com contribuições do Coletivo do Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis

REVISÃO DE TEXTOS: Ligia Marinho, Rita Chaves

TRANSCRIÇÕES: Gabriela Brasiliae, Vésper N.T., Velludo Junqueira, Luiza Moura M. B. Pereira, Lisa Baccarin, Vitória Vivian de Barros da Silva

METODOLOGIA: Ariana Monteiro, Dirce Carrion, Erika Pires Ramos

DOCUMENTÁRIO: Nilton Pereira

PARCEIROS: Imagem da Vida, Resama, MST, Clima de Mudanças, Fundação Rosa Luxemburgo

APOIO: Iara Lee – Cultures Of Resistance

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva de seus autores e não representa necessariamente a posição da FRL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD			
C318o	Carrión, Dirce Olhares Cruzados pela Terra: MST 40 anos alimentando o Brasil / Dirce Carrión. - São Paulo : Reflexo Texto e Foto, 2025. 120 p. ; 20cm x 20cm.		
	ISBN: 978-65-991450-1-8		
	1. Movimentos Sociais. 2. MST. 3. Reforma Agrária. 4. Brasil. I. Título.		
2025-4779		CDD 303.484	CDU 301.175

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:
1. Movimentos Sociais 303.484
2. Movimentos Sociais 301.175





Realização



Parceiro

